



# Anais da Assembléia

Nº 90

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 1979

ANO V

## RESOLUÇÃO Nº 157/79.

DATA: 11 de agosto de 1.979.

SÚMULA: Aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e diversos municípios paranaenses, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo n.º 58/79).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte resolução:

Art. 1.º - Ficam aprovados os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria de Estado do Planejamento, e os seguintes Municípios: Andará, Boa Esperança, Cafeara, Campina da Lagoa, Carlópolis, Castro, Engenheiro Beltrão, Floraí, Goioerê, Grandes Rios, Inajá, Iporã, Iretama, Ivaiporã, Jaguariaíva, Loanda, Mandaguaçu, Mariluz, Moreira Salles, Ortigueira, Paraíso do Norte, Quinta do Sol, Paranacity, Pérola, Piraí do Sul, Porto Rico, Quatiguá, Querência do Norte, Reserva, Ribeirão Claro, São Carlos do Ivaí, Santo Inácio e Tapira, em 29/12/78; Ourizona, em 14/02/79; Lapa, em 19/02/79; Lupionópolis, em 08/03/79; Centenário do Sul, Doutor Camargo e Pinhalão, em 12/03/79; Maria Helena e Tibagi, em 13/03/79; Adrianópolis, Alto Paraná, Alvorada do Sul, Amaporã, Atalaia, Bandeirantes, Bituruna, Bom Sucesso, Califórnia, Cambará, Cambira, Congonhinhas, Cruz Machado, Diamante do Norte, Fênix, Flórida, Francisco Alves, Guaporema, Ibaiti, Imbituva, Jandaia do Sul, Janiópolis, Jardim Alegre, Joaquim Távora, Kaloré, Marialva, Marilândia do Sul, Marilena, Marumbi, Mirador, Mirassela, Morretes, Palmeira, Paranapoema, Paula Freitas, Peabiru, Presidente Castelo Branco, Quitandinha, Rio Bom, Rondon, Sabáudia, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Fé, Santa Mariana, São João do Ivaí, São João do Triunfo, São José da Boa Vista, São Pedro do Ivaí, São Tomé, Siqueira Campos, Tamboara, Tapejara, Teixeira Soares e Tomazina, em 14/03/79, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11/08/79.

FABIANO BRAGA CÔRTEZ  
PRESIDENTE

## RESOLUÇÃO Nº 158/79

DATA: 11 de agosto de 1.979.

SÚMULA: Aprova Convênio nº 211/78, de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, e o Município de Sengés, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo n.º 60/79).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou

e eu promulgo, nos termos do Artigo 28 da Constituição Estadual, a seguinte resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio c.º 211/78, de auxílio e cooperação celebrado em 09 de novembro de 1.978, entre o Governo do Estado do Paraná, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná-FAMEPAR, e o Município de Sengés, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, na melhoria do setor dos transportes urbanos.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11/08/79.

FABIANO BRAGA CÔRTEZ  
PRESIDENTE

## RESOLUÇÃO Nº 159/79.

DATA: 11 de agosto de 1.979.

SÚMULA: Aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, e o Município de Mandaguaçu, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo n.º 64/79).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado o termo aditivo datado de 22 de fevereiro de 1.979, ao convênio celebrado em 22 de setembro de 1.977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, e o Município de Mandaguaçu, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11/08/79.

FABIANO BRAGA CÔRTEZ  
PRESIDENTE

## 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DA 85.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 1.979

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Airtom Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini,

José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

# SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE -- (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO -- procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO -- procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

## Ofícios:

Sob o nº 57/79, do Sr. Recieri Côgo - Vereador da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, solicitando aos Srs. Parlamentares que intercedam em favor da elevação do Distrito de Boa Vista da Aparecida à categoria de Município, desmembrando-se do atual Município de Capitão Leônidas Marques, haja visto que o atual Distrito de Boa Vista da Aparecida possui todos os requisitos exigidos pelo art. 7º da Lei Orgânica dos Municípios. -- Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 65/79, do Sr. Olindo Venâncio Pavan, Vereador da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, solicitando aos Srs. Deputados, os quais representam o Município neste Poder Legislativo, para que não meçam esforços no sentido da criação do Distrito de Alto Alegre, naquele Município, haja visto que a documentação já foi encaminhada para as esferas competentes do Estado, faltando apenas a aprovação. Ao conhecimento da Casa.

## Telegrama:

Nos seguintes termos: MESA CAMARA MUNICIPAL JACAREZINHO TRADUZINDO CONSELHO GERAL DE MAIS VEREADORES VG SOLICITA NOBRES DEPUTADOS APOIO PARA APROVAÇÃO SUBSTITUTIVO DO PROFESSORADO AO PROJETO GOVERNAMENTAL ELABORADO SEED VG CONSUBSTANCIADO EFETIVAÇÃO COM INCLUSÃO QUADRO PROPRIO MAGISTÉRIO VG INCLUSÃO DETENTOR UM CARGO ET CARGA HORARIA UNICA 22 HORAS PTVG QUE A PROMOÇÃO SE REALIZE ANTES CONCURSO MAGISTERIO OU SEU ADIAMENTO ATE SOLUÇÃO PROBLEMAS ANTERIORES PT SAUDAÇÕES MUNICIPALISTA -- JOSE CHER -- PRESIDENTE -- Ao conhecimento da Casa.

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei nº 97/79, Mensagem Governamental nº 73/79, que objetiva instituir a Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1979.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Professora IOLANDA ROMEO LOGARINE, ocorrido na localidade

de Passaúna, em Santa Felicidade.

Requer, outrossim, após aprovação do presente, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar aos familiares do Sr. ERMÓGENES PAGLIOZA, falecido tragicamente em acidente, no dia de hoje, nesta Capital.

Outrossim requer, que da decisão do Plenário, seja cientificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1979.

(a) WERNER WANDERER

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja inserido em ata um voto de profundo pesar pelo passamento da Sra. AVANI CELESTINO SOARES, ocorrido nesta Capital, em data de ontem.

A extinta era esposa do Sr. Nadir Martins Barroa, funcionário da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

Requer ainda, que após o pronunciamento da Casa, seja dado ciência à família enlutada, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1979.

(a) VALDUGA

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao FUNRURAL do Estado do Paraná, solicitando que a agência local do mesmo no Município de IRETAMA seja autorizada a expedir Certidão Negativa para fins de registro de propriedades rurais junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1979.

(a) DARCY DEITOS

### JUSTIFICATIVA:

O Município de Iretama é um dos que tem na lavoura a sua principal fonte de arrecadação, daí as constantes transferências de propriedades rurais.

Mas, o que vem preocupando os proprietários rurais do Município de Iretama, é a falta de expedição de Certidão Negativa para fins de registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis, por parte do FUNRURAL local, obrigando os mesmos a se deslocarem até o Município de Roncador, para conseguirem a referida certidão, o que vem causando sérios transtornos a todos os munícipes de Iretama que dependem da referida certidão.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Excelentíssimo Sr. Ministro Chefe da Secretaria do Planejamento, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Indústria e do Comércio e ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de ser extinto imediatamente o confisco ou cota de contribuição incidente sobre as exportações de café, além de ser promovida a antecipação do preço de garantia a vigorar em janeiro de 1980, pelas razões que adiante expõe.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1979.

(a) PINTO DIAS

## JUSTIFICATIVA:

É de todos conhecida a precária situação em que se encontra a cafeicultura brasileira. Um levantamento de preços realizado nesta data acusa a seguinte situação:

1. Preço auferido pelo produtor na venda ao mercado interno para exportação ou consumo doméstico:

Cr\$ 2.800,00 — valor bruto.

Cr\$ 184,00 -- Despesas com FUNRURAL, sacaria, corretagem, beneficiamento.

Cr\$ 2.616,00 — Resultado líquido por saca, ou Cr\$ . . . . 43,60 por quilo.

2. Preço atual na venda ao IBC:

Cr\$ 3.000,00 — valor bruto

Cr\$ 720,00 — Despesas, incluindo ICM, sacaria, frete, descarga e empilhamento, despesas de faturamento, FUNRURAL, juros de 30 dias e beneficiamento.

Cr\$ 2.280,00 -- Resultado líquido por saca, ou Cr\$ . . . . 38,00 por quilo.

3. Preço da venda ao mercado internacional, ao preço mínimo de registro (264 dólares/saca):

Cr\$ 7.040,88 — Valor bruto

Cr\$ 3.600,45 — Despesa ou dedução correspondente ao confisco cambial a 135 dólares/saca

Cr\$ 650,00 -- Taxa de exportação, ICM e outras

Cr\$ 2.790,43 — Resultado líquido por saca, ou Cr\$ . . . . 46,50 por quilo.

Logo, o preço do café por quilo, no mercado interno, não passa, na melhor das hipóteses, de Cr\$ 46,50 isto para uma cultura permanente, que começa a apresentar rendimento apenas a partir do quarto ano. Compare-se esse preço com o obtido para o feijão, milho, soja, gado, em termos de hectare/ano, e observe-se que o ganho do café é nulo, em termos comparativos.

De outro lado, cumpre notar que as lavouras de café deixaram de apresentar, ao longo de duas décadas, produções sistemáticas, ano a ano. A influência de diversos fatores como geada, seca, pragas, tem alternado o ciclo produtivo das lavouras em períodos de três e até quatro anos.

Na melhor das hipóteses, a lavoura cafeeira, reconhecidamente, produz um ano sim, um ano não. Quer dizer, quando uma safra é boa, pode-se contar com uma temporada seguinte de baixa produção.

Nesta safra, por exemplo, a produção prevista será bem menor que a esperada, em decorrência da prevalência dos efeitos da estiagem de 1978/79, sobre a florada dos cafezais.

As esperanças devem se concentrar sobre a produção de 1979/80. Mas, o que é necessário para recuperar lavouras permanentes que estão depauperadas?

Na lavoura cafeeira, tradicionalmente, faz-se a recuperação da planta mediante o sistema de coroamento da planta, quando é feita adubação da base radicular em cobertura, no mês de setembro à espera das chuvas de verão. Aplicada a cobertura fertilizante e concluídos os tratos culturais, as chuvas de outubro em diante completam o ciclo de vitalização do arbusto da rubiácea, fazendo descer o elemento nutritivo até o raizame do cafeeiro. Ao mesmo tempo as elevadas temperaturas favorecem o surgimento de pragas e doenças, obrigando o cafeicultor a cuidados e despesas.

Mas no momento, não há estímulo ao cafeicultor para se lançar a um programa de tratos culturais tão pesado em mão-de-obra e despesas. Por que? Simplesmente porque, a Cr\$ . . . . 40,00 o quilo, o café tornou-se uma lavoura anti-econômica.

Neste ponto cumpre-me alertar as autoridades brasileiras e do Estado do Paraná para situações de falência agropecuária ocorridas em períodos recentes, pelo descaso ou tardança

nas providências corretivas.

A pecuária nacional encontra-se hoje exaurida, sem condições de suprir a demanda interna, porque o Governo não ouviu os reclamos por maior assistência creditícia e os rebanhos foram

dizimados, a começar pelas matrizes que hoje faltam para repovoar os campos.

A lavoura arrozeira, há dois anos, foi beneficiada por uma supersafra que superlotou os silos gaúchos e de outras regiões produtoras. Mas o descuido do Governo em adquirir os excedentes fez com que os preços desabassem e, no ano seguinte, poucos eram os rizicultores que persistiam numa lavoura e já neste ano estamos importando arroz aos milhares de toneladas. Só no segundo semestre a importação vai a 700 mil toneladas, com o produto em falta em diversas regiões, inclusive nas prateleiras dos supermercados do Paraná.

A lavoura cafeeira não se encontra em situação diferente. Passou a época em que os estoques brasileiros de café permitiram sustentar o programa de exportações por duas ou mais safras. Hoje, os estoques declarados mal passam das 6 milhões de sacas, quer dizer, se ocorrer uma frustração anual não teremos café nem para o abastecimento interno.

Estes dados evidenciam que o Governo deve considerar arquivada a época em que a cota de contribuição sobre o café financiava os programas de industrialização, de importações governamentais, de dívidas externas. Até a ponte Rio-Niterói, por exemplo, foi clausulada com garantia da exportação de café.

Não se pode pensar, hoje, num confisco de 135 dólares/saca perto de 52 por cento do valor total da saca de café. O produto hoje é tão gravoso que não comporta que o Governo retire do cafeicultor mais de 50 por cento de sua renda, para financiar outros setores da economia.

Tem-se discutido muito ultimamente, as razões da pobreza relativa do Paraná, que apresente renda real "per capita" inferior à média da região Sul e do País. Identificou-se o problema dos vazamentos da renda agrícola como uma das causas. Ora, um produtor agrícola que se vê despojado de 52 por cento de sua receita está claramente nessa categoria de contribuinte forçado do desenvolvimento de outros setores.

Logo, é bom que o Governo Federal atente para esta realidade: o agicultor está deixando o café por outras explorações mais econômicas. E o café é uma cultura permanente que demora de 3 a 4 anos para produzir. Logo, se não revertermos já a tendência de abandono da cafeicultura, vamos ter que importar café para beber dentro dos próximos três anos.

De outro lado, é preciso considerar que, se o preço internacional está em Cr\$ 7.000,00 e o preço interno em Cr\$ . . . . 2.700,00 há um poderoso estímulo à montagem de estruturas ilegais para a exploração dessa diferença. A estrutura existe: e o contrabando, que está transferindo anualmente, mais de um milhão de sacas do Brasil para o exterior, usando a imensa fronteira seca que nos separa de outros países.

Conforme reportagens largamente documentadas na imprensa nacional, o contrabando de café se tornou o melhor negócio para os que vivem fora da lei. Porque atrás do crime de descaminho há o estímulo da estrutura de preços injusta para o produtor.

E quem ganha com o contrabando, não é o cafeicultor, mas o intermediário criminoso, que montou um verdadeiro negócio à base do contrabando. E perde o país, porque fica sem a receita tributária do café desviado: mais de um bilhão de cruzeiros em impostos estaduais e federais sobre o café em grão.

Por isso mesmo, com a responsabilidade de Deputado do povo do Paraná, é que requeremos ao Governo do Presidente João Baptista Figueiredo, a imediata extinção do confisco cambial sobre o café.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “O primeiro passo para se conseguir uma vitória é acreditar nela. O pessimista é, antes de tudo, um candidato certo à derrota. O otimismo, este sim, representa o impulso primeiro que encoraja, arregimenta forças, afugenta dificuldades, impulsiona e dirige indivíduos, grupos e nações para o caminho ameno da prosperidade e da paz social.

Nesta linha de pensamento e, por força de meu mandato parlamentar, permito-me vir a esta tribuna, não para críticas futurólogas, próprias daqueles em quem em nada e em ninguém acreditam — talvez por não acreditarem em si mesmos — mas para tornar público um voto de confiança e ao mesmo tempo expressar meu otimismo no destino deste país-continente, que ainda anteontem era colônia, ontem reconhecidamente subdesenvolvido e hoje já se apresenta como a oitava potência econômica do mundo ocidental.

Reporto-me em particular, às recentes modificações verificadas no âmbito dos ministérios brasileiros.

Até há alguns dias atrás, críticas veementes partiam de inúmeros segmentos de nossa sociedade contra as diretrizes econômicas imprimidas pelo Governo Figueiredo, estribado até então, no modelo da escola monetarista representada entre nós pelo ex-Ministro Mário Henrique Simonsen.

Agora, com Antônio Delfim Neto coordenando e orientando nossa economia — creio eu — retornaremos o rumo desenvolvimentista e espantaremos o fantasma da esfagflação, que é a tentativa da diminuição da inflação, porém sem desenvolvimento econômico.

As diretrizes anunciadas pelo atual Ministro do Planejamento justificam nossa euforia e nosso voto de confiança. Já não se fala mais em recessão econômica.

A palavra de ordem, agora, é o aumento da produção, a melhoria do índice de produtividade, a expansão das exportações, o controle da dívida externa, o crescimento do mercado de trabalho, a reformulação de nosso sistema financeiro. A par disto, mantêm-se as prioridades do Governo Figueiredo, de estímulo à agricultura, combate à inflação e remodelação da política energética.

E estas prioridades não são — como muitos podem imaginar, conflitantes. Pois a agricultura será o sustentáculo da substituição do petróleo importado e a fartura no campo certamente baixará os preços nas cidades.

A agricultura é a única atividade capaz de resolver, a uma só vez, os três maiores problemas da atual conjuntura econômica nacional, quais sejam a inflação, a importação de combustíveis e a melhoria de nosso balanço de pagamentos. E a atividade agrícola, continuando a ser a prioridade número um do atual Governo e agora de maneira ainda mais notória, com o ex-Ministro da área agrícola ontem guindado à posição de estrategista primeiro de nossa política econômica, já seria o suficiente para nos sentirmos mais otimistas com relação ao futuro deste País.

Todos reconhecem que o período de Antônio Delfim Neto como Ministro da Fazenda foi um dos mais fecundos em termos de aceleração das atividades econômicas no Brasil, com taxas de expansão do nosso Produto Nacional Bruto superior a 10 por cento ao ano, índices estes só comparáveis com os verificados nas economias de após-guerra do Japão e da Alemanha, e que transformaram estes países em novas potências econômicas.

As restrições que costumeiramente são feitas ao atual Ministro do Planejamento, são de ordem social, invocando-se a falta de liberdade sindical e a baixa do poder aquisitivo do salário. Não queremos aqui discutir a autenticidade ou não

dessas restrições e até onde elas são verdadeiras.

Eis que, novamente — e agora mais amadurecido em termos de reivindicações sociais e políticas, fato comprovado pelas declarações e procedimento antes mesmo de iniciar-se o atual Governo — Delfim Neto à testa de nossa política econômica, manifesta-se publicamente em favor da redemocratização, da atuação dos sindicatos, do livre diálogo entre patrões e empregados, e até, de reajustes trimestrais para os trabalhadores, afim de que os salários não percam o seu real poder aquisitivo.

Temos o dever, portanto, de manifestarmos nosso otimismo.

Os agricultores já mostravam-se motivados pela nova realidade agrícola brasileira, com créditos fáceis e preços mínimos compensadores.

A classe empresarial, preocupada com uma possível recessão, agora já mostra a outra face, estimulada pela política desenvolvimentista anunciada e irá buscar o lucro numa produção maior e não num preço mais alto, aplaudindo, de imediato, a nova política econômica.

Os trabalhadores agora, com maior poder de barganha e mais influência no processo decisório, sentirão, em pouco tempo, — temos certeza — os benefícios da orientação econômica que ora se implanta no Brasil.

E nós, políticos, devemos acompanhar e insuflar o otimismo, não apenas confiando nas promessas deste Governo, mas com os olhos voltados para as promessas já cumpridas e em andamento — em tão curto espaço de tempo — como as relativas entre outras, ao início da redemocratização, à liberdade sindical e à anistia.

Este Governo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em pouco tempo também, anistiará a classe trabalhadora, através do aumento do número de empregos, da melhoria salarial, do fortalecimento sindical e da melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Disse o Ministro Delfim Neto: “O Brasil é um dos poucos países viáveis”. Mas este País só será viável se também o forem seus governantes e principalmente seus representantes.

E nós, representantes do povo, temos que acreditar nessa viabilidade, pois isto seria acreditar em nós mesmos e, acima de tudo, na viabilidade do povo que aqui representamos.

Insuflar o derrotismo, com críticas e pessimismo antecipados, não é tarefa digna de representantes do povo. Permanecemos atentos, isto sim, na defesa dos legítimos anseios da Nação. Mas depositaremos um crédito de confiança na nova estratégia econômica que ora se inicia, pois, só assim, estaremos realmente contribuindo para que o Brasil, em termos econômicos, políticos e principalmente humanos, seja mesmo viável”.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Lineu Turra, inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna para trazer ao conhecimento da Casa, fatos que estão ocorrendo no Município de Laranjeiras do Sul e que envolvem o Prefeito Municipal.

Há tempos, a Câmara de Vereadores daquele município, não só por integrantes do MDB, mas também da própria ARENA, e o povo de um modo geral, vêm observando a conduta do Prefeito Municipal e daquele progressista Município de Laranjeiras do Sul.

É que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ali a administração municipal se mostra incompatível com o cargo de Prefeito. Durante a campanha eleitoral do ano passado, o Prefeito daquele município, passou a prometer obras e iniciá-las. Casas escolares em determinados lugares foram iniciadas. Mas, como o resultado das eleições não lhe foram satisfatórias em determi-

nados lugares, o Prefeito após quase ter concluído em três localidades, casas escolares, inclusive de alvenaria, interrompeu totalmente essas obras. E lá estão esses três lugares, como para citar, a localidade de Buriti, que eu constatei pessoalmente, quase cem alunos estão sem aulas, e sem lugar para assistir aulas, porque a casa escolar que ali havia foi destruída e a que foi iniciada pelo Prefeito não foi concluída.

Então, estão se servindo da Igreja local para poder assistir aulas. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agora surgem fatos mais graves, quando o Sr. Prefeito Municipal passou a desviar verbas públicas, conforme está provado e denunciado perante a justiça. Passou o Sr. Prefeito, a emitir cheques da Prefeitura, para atender compromissos particulares. Estes cheques, inclusive, foram numa grosseria total e numa levianidade total, encaminhados para pagamento de contas de um determinado cidadão que estava preso. Foi encaminhado para o pagamento de contas em juízo.

Outros cheques foram constatados e levantados através de documentos contábeis, de emissão da Prefeitura, para atender exatamente no auge da campanha política, quando o Sr. Prefeito Municipal teria usado o dinheiro da Prefeitura para atender, naturalmente, a compromissos eleitorais.

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que ele já sabia, de antemão, que havia um movimento, um levantamento de dados para representar contra ele junto à justiça da Comarca. E antecipou-se pretendendo afastar três Vereadores do MDB, um da Arena e o Presidente da Câmara, também da Arena, usando de artimanhas, de artifícios, inclusive na própria petição enviada a juízo; adulterando a petição inicial, pretendendo a extinção, através de declaração de mandato de quatro Vereadores, por terem faltado - segundo afirma a petição, três sessões extraordinárias consecutivas.

Acontece que isto não ocorreu, porque as atas e os documentos da Câmara Municipal provam que isto não ocorreu. Apenas maliciosamente, sabendo que a extinção do mandato de vereador por falta, não carece de maiores formalidades, não exige o contraditório. Procurou iludir a justiça, encaminhando uma petição adulterada, batendo na mesma petição, sobre o número oito o número nove, e deixando de tal forma, confundido. Mas, como o Juiz percebeu desde logo a malícia, mandou que se ouvissem as partes.

Então, está constatado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que realmente não haverá cassação dos Vereadores, a extinção dos mandatos, como pretende o Prefeito. Mas na verdade, e isto é certo, haverá, sem dúvida, a cassação do Prefeito Municipal, por improbidade no exercício do cargo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê). "ANISTIA POSSÍVEL, TAMBÉM INCLUI A CORRUPÇÃO?"

Alega o Governo que hoje não é possível a concessão de uma ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA, como deseja a Nação. Que a anistia possível hoje é o arremedo de esquecimento que o Chefe do Executivo propôs ao Congresso para aprovar sem qualquer abrangência a mais.

Sabemos que o Congresso, por ter a maioria do Governo, não irá além daquilo que "os donos do poder" já autorizaram. Sabemos nós que a instabilidade da vida política brasileira, é argüida como base de que, agora, existem forças que se opõem a uma anistia verdadeira. Sabemos também que aos que estão no poder, e deste poder nababescamente vivem, é impossível sentirem as dores do exílio ou o inferno dos cárceres a que estão condenados até a morte alguns irmãos de sangue e de patriotismo. Sabemos, pela experiência que o regime de arbítrio e prepotência dos últimos quinze anos nos ensinou, que agora,

com a presença dos "biônicos", é impossível qualquer tipo de veto às ordens do Executivo.

Tudo isso sabemos, e nada de novo esperávamos que acontecesse com a Anistia. Quando ela foi anunciada em junho passado, já era, como todos os projetos de lei do Governo, o que se podia esperar em matéria de anistia.

O que não sabíamos, e ficamos sabendo agora, para tristeza e até desalento com os homens da ARENA, é a trama imoral e diabólica que se constrói sorrateiramente, no próprio Gabinete do Ministro da Justiça, para incluir na Anistia, não o perdão aos que idealisticamente pegaram em armas para derrubar um Governo, mas se tece silenciosa e despidadamente uma emenda para beneficiar a corrupção.

O Senador Jarbas Passarinho e o Ministro Petrônio Portela informam os jornais, passaram de uma hora para outra e em cima da hora em que a Comissão Mista vota o parecer, a pregarem a necessidade de tornar o projeto mais abrangente, para incluir nele, através de emenda já apresentada, a Anistia para os CRIMES ELEITORAIS.

E logo o Senador Jarbas Passarinho, aquele mesmo que se investiu de pruridos morais para justificar, como relator da famigerada Lei Falcão, que a corrupção eleitoral era muito pior do que a arbitrariedade do regime.

Para tristeza e vergonha dos políticos honestos, quer a Arena anistiar a corrupção eleitoral. Nega-se liberdade a garotos, que na efervescência da juventude, viram no caminho da luta armada a possibilidade concreta de trocarem um governo que entendiam ilegítimo, arbitrário, corrupto e entreguista, mas perdoam-se os que, apoiados no dinheiro e no poder econômico, compraram eleições.

Nega-se a possibilidade de reintegração aos brasileiros que, por idealismo, arriscaram suas vidas e muitos a perderam nos cárceres e nas mãos dos impiedosos torturadores, mas pretende a Liderança da Arena a Anistia para os corruptos que ajudaram o Governo a ganhar muitas eleições.

Esta Casa, Sr. Presidente, foi o palco onde denúncias de corrupção eleitoral afloraram, não só denúncias da Oposição, mas verdadeiros libelos contra a corrupção eleitoral, foram aqui proferidos por homens do próprio Governo.

Será que o atual Presidente da Arena, o maranhense José Sarney está esquecido como são as eleições em seu Estado? Será que a Nação já esqueceu o clima de corrupção eleitoral que o Maranhão se viu envolvido em eleições que só se realizaram pela presença, vigilância e responsabilidade de tropas federais que ali se fizeram representar pela 10ª Região Militar?

Sinceramente, acredito que uma emenda que aparentemente diga anistiar CRIMES ELEITORAIS não seja engolida pelos nossos congressistas, mesmo que se apresente como seus promotores o Ministro da Justiça, o Líder e o Presidente da Arena. Não acreditamos porque ainda existem homens honrados dentro do maior partido do Ocidente. Alguns, principalmente os que honradamente conquistaram a legitimidade da representação popular, haverão de não só negar apoio à imoralidade, mas combaterem-na sem tréguas.

Todavia, o episódio serve para analisar os tipos humanos que fazem e dirigem a vida política da Nação. Deveriam eles ser, ou seja, o Ministro da Justiça, o principal baluarte da luta contra a corrupção neste País. Deveria ser o Presidente do Partido do Governo o guardião permanente em defesa da moralidade dos costumes políticos e ao Líder do Governo no Senado, caberia a tarefa brilhante de ser o porta-voz das boas e honradas intenções governamentais e não se prestar a este triste e vergonhoso papel, de serem os vilões da corte que querem anistia para os corruptos.

E, se a emenda passar, Sr. Presidente, então sim a Arena fará um serviço à Nação, se fizer sua autodissolução, porque anistiados os corruptos por iniciativa do Partido do Governo, só restará aos arenistas honestos, pedirem perdão aos seus filhos

da infâmia que praticaram contra a história desta Nação honrada. Só resta pedirem os trinta dias ao Governo e fazerem, como em boa hora o Sr. Mário Simonsem fez; IR PARA CASA E PEDIR A DEUS QUE FAÇA UM PROJETO PARA SALVAR O BRASIL, porque os homens que o dirigem, cada vez o estão enterrando mais.

E se a emenda da corrupção eleitoral passar, será um enterro no lodo e no charco, cuja fedentina por certo despertará a ira dos honestos e dos homens de vergonha na cara desta Nação."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO -- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tem-se generalizado críticas a respeito do uso indiscriminado de aviões por parte de alguns políticos no Estado. Aviões que, segundo notícias informais, estariam sendo usados para o tráfego de pequenos percursos, cerca de 50, de 80, de 10 km utilizados sobretudo por eminentes Senhores Deputados da ARENA, e a verdade, Senhor Presidente, é que até agora, nós não temos notícias de um esclarecimento adequado a respeito desse tipo de voo, desse tipo de utilização ou dessa mordomia, ressalvado, se for o caso de doença do respeitabilíssimo Deputado Arnaldo Busato, mas outros casos têm ocorrido em que não se trata de problema de doença e é só verificar a Torre de Controle do Aeroporto do Bacacheri. Se se verificar, evidentemente nós vamos chegar à conclusão de que está sendo utilizado, já num regime de economia de guerra de combustível, está sendo utilizado avião ou aviões do próprio Governo do Estado, para quê, nós não sabemos.

Nós da Oposição e o povo do Paraná tem o direito de saber, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em que se usam e para que se usam esses aviões para o percurso pequeno, e quem sabe até, por motivos políticos e também nós estamos sabendo de uma forma quase sigilosa, que um grupo de pilotos, que servem a esse tipo de voo do Bacacheri, estariam fazendo uma reunião há poucos dias, depois desse evento, para protestar contra este tipo de expediente que estaria sendo usado e que estariam fazendo pousos razantes em pistas precárias porque não têm condições, não são pistas homologadas pelo DAC e que estariam sendo utilizadas por aviões oficiais. Não se sabe se verdade, seriam para fazer política, ou seja, para servir fins políticos ou para fins particulares,

Fica aqui a indagação Senhor Presidente, de que nós, e sobretudo o Deputado Nestor Baptista, que está diligenciando para ver se há possibilidade de materializar, de consubstanciar essas denúncias que estão chegando a nós, Parlamentares da Oposição.

A verdade é que a notícia é de que esses aviões estão sendo usados não só para doença. Eventualmente para casos de doença e há quem diga até, que neste episódio, apesar de estar sendo usado uma pista na fazenda do eminente Deputado Federal, não estaria esse avião a serviço de sua saúde e nem a serviço desse eminente Deputado. E nós gostaríamos que o Governo informasse realmente de que se trata e porque estão sendo usados e, por quem estão sendo usados esses voos ou esses aviões em determinadas oportunidades,

Temos de indagar para onde estão canalizados muitos voos que estão saindo do Bacacheri e para onde vão. Esta é a indagação que nós gostaríamos de deixar aqui para que o Governo, através da sua Liderança nesta Casa, esclareça.

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). -- No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Dácio Leonel, inscrito. Antes, porém, a Mesa registra com satisfação a presença do Deputado Norton Macedo, Deputado Federal, nas

galerias da Casa.

O SR. DÁCIO LEONEL -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Na última segunda-feira o programa humorístico "Planeta dos Homens" apresentou um quadro curioso para uns, engraçado para outros -- quando fez aparecer numa cena a miniatura do Presidente da República, com os apelos para que tirasse o cigarro da boca.

E diversos são os julgamentos que se fazem da atitude do Presidente em aparecer fumando.

Bom ou mau exemplo? Afinal ele é o Presidente da República.

A nossa presença hoje nesta tribuna está diretamente ligada ao problema do tabagismo.

Não se trata de nenhuma pregação, não é problema de religião e muito menos é fruto de conselho médico.

Na verdade fumei durante 28 anos e parei praticamente ontem, ou mais precisamente completo hoje 58 dias, de libertação do terrível vício.

E nem vim à tribuna para dizer que alguém deva parar!

Aliás, sempre que recebi tais conselhos, sempre senti uma certa irritação com os conselheiros. Como consequência dou razão a quem ficar irritado!

E quero confessar que não estou preocupado com os fumantes, mas sim com aqueles que não fumam!

Minha preocupação está voltada para os que desconhecem os resultados maléficos do vício de fumar e que estão sendo manipulados por fantasiosas propagandas de televisão, onde as fábricas de cigarros só faltam convencer que para ser um grande atleta é preciso ser movido à fumaça de cigarros...

Os jovens que são iludidos pelas mais belas e caras propagandas de televisão, não sabem o que nós sabemos a respeito desse vício deprimente.

Um comercial de 30 segundos numa televisão de Curitiba está na casa dos 20 mil cruzeiros, o que representa um custo mensal de quase 2 milhões para 3 comerciais diários.

E quem paga tudo isso é a saúde do povo!

A grande verdade -- que os adolescentes não sabem -- é que em cada 10 fumantes, pelo menos 8 gostariam de parar de fumar.

E se não deixam de fumar é porque o vício sempre sai vencedor e no fundo, o desejo por um cigarro acaba sufocando o bom senso.

Como o desejo de parar de fumar não supera a força do vício, talvez tenhamos que admitir a existência da chamada "escravidão do fumo".

Nenhum de nós ignora o poder do vício!

Tanto isso é verdade que quando alguém deixa de fumar, tal fato é quase uma prova de machismo -- entre os homens,

Os amigos de início se dizem incrédulos... depois querem conhecer os detalhes, os meios utilizados, as reações, o sofrimento, a tortura -- enquanto alguns ficam apostando que o autor da proeza logo voltará ao vício.

E na verdade a nossa dependência é tão grande, que nunca afirmamos no início que não voltaremos a fumar,

E a proeza de deixar de fumar é tão grande, que marcamos a hora da libertação e passamos a contar o tempo que corre,

5, 10 ou 20 horas sem fumar... 3, 5, 10 ou 20 dias. Até que passamos 30 a 45 dias a crise está superada.

E que ninguém interprete minhas palavras como o desejo de ser conselheiro. Eu também contei as horas.

Na verdade, e aí vai uma defesa para todos nós, os antigos fumantes quando iniciaram o hábito de fumar, o fizeram numa época em que os malefícios do cigarro à saúde e à vida não eram conhecidos.

Poder-se-ia dizer que fomos fisgados, inocentemente.

Hoje, convencidos pela recente evidência que o fumo é prejudicial, a grande maioria gostaria de deixá-lo, mas como o vício é mais forte que esse desejo, tais fumantes continuam a



a fumaça venenosa.

Eu por exemplo decidi deixar de fumar em 1962 e consequi fazê-lo 17 anos depois, porque sempre fui protelando.

Hoje, quando conhecemos os danos causados pelo cigarro, como é possível aceitar — sem nenhuma reação — que jovens inocentes possam ser fisgados pelo vício, graças a uma desenfreada campanha publicitária?

Além do mais o hábito de fumar é agravado pela pressão dos costumes sociais e tal fator é reforçado toda vez que o fumante vê uma propaganda de cigarros.

Tais anúncios são tão predominantes que dificilmente alguém consegue fugir de sua influência.

São escolhidos os melhores propagandistas para elaborar tais anúncios, de forma que contenham um apelo pessoal e que possam dar a impressão de que fumar é elegante, é distinto, e até bom para a saúde.

E até do consagrado jogador GERSON se utilizaram para tentar viciar o povo, e, enquanto os fumantes vão prejudicando sua saúde as multinacionais e o Governo — como deveria dizer o Gerson — é que vão levando vantagem em tudo. Vantagem até com a desgraça de uma juventude, enganada por uma propaganda criminosa.

Na verdade o que pretendemos é apenas defender nossa juventude, ou pelo menos a nossa juventude.

Não queremos nenhum milagre!

Não queremos que se proíba quem quer que seja de fumar!

Mas entendemos que não podemos permitir que enganem criminosamente os adolescentes.

A nossa luta aberta é contra essa propaganda bombástica e enganosa que as fábricas de cigarros vêm fazendo para transformar os jovens em novos clientes e futuros dependentes do cigarro.

O que é preciso é que o governo ponha um paradeiro nessa propaganda de cigarros, tão cheia de fantasias, de mulheres bonitas e de cenas de amor, como se tudo dependesse do ato de fumar.

Não é possível que assistamos o Governo indiferente!

Vale mais a saúde de seu povo de que as vultosas somas que o Governo recebe a título de impostos.

Mas se o Governo permite que tudo que vem acontecendo continue a acontecer, ele é conivente.

O que o povo espera, na defesa da juventude brasileira, é que limpem as telas dos televisores: dos alcatrões dos cigarros, e que o Ministério da Saúde e as Secretarias de Saúde dos Estados, participem de outra campanha: contar aos jovens a verdade!

Explicar para a juventude o que contém a fumaça do cigarro e quais as consequências.

Falar da nicotina, dos alcatrões, do monóxido de carbono, da amônia, do sulfureto e do cianeto de hidrogênio — dos hidrocarbonetos comuns, dos ácidos voláteis, enfim dessa interminável lista de drogas, que exaladas pelo fumante criam tantos problemas para sua saúde.

Falar do câncer, das doenças do coração, dos problemas respiratórios, enfim contar a verdade.

Tais fatos justificam por si só a preocupação que todos devemos ter.

Procuo justificar assim um requerimento que estou encaminhando à Mesa, solicitando envio de expediente a todos os deputados federais para que cerrem fileiras nesta batalha.

Batalha que deve ter como sua grande meta a defesa dos jovens contra os que querem enganá-los, querem fisgá-los para transformá-los em dependentes do fumo.

Não vamos permitir que continuem a cometer tão desumano crime."

O Sr. Fiori Luiz - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Dácio Leonel, os projetos realmente que restringem o fumo, nunca passam, principalmente no Congresso Nacional. Nos Estados Unidos, o Governo tem feito uma campanha muito intensiva contra o uso do fumo, então as indústrias americanas, utilizam o Brasil como um paraíso aberto para estas multinacionais. De uns tempos para cá, se intensificaram as campanhas bonitas e coloridas nas televisões.

Eu tenho aqui alguns dados, caso estivessem sido aprovados os 46 projetos, estabelecendo restrições à fabricação, comercialização e uso de cigarros, apresentados nas duas Casas do Congresso Nacional desde 1967, por certo o faturamento das empresas do ramo estaria bem menor que o verificado atualmente.

Foram tentativas que esbarraram sistematicamente nos inevitáveis carimbos "arquivado" ou "rejeitado" por motivos que vão de decurso de prazo à inconstitucionalidade ou até mesmo veto do Executivo. Tentou-se, nos últimos doze anos, proibir a venda dos cigarros a menores de 18 ou 16 anos, em escolas de primeiro e segundo graus, nas vias públicas, em repartições públicas; o uso poderia ser restrito a ambientes especializados e fechados, vedado nas salas de aula, em ônibus ou em aeronaves comerciais, ou prédios do Governo. E também a comercialização que viria com o disco, alertando para os males que o fumo pode causar à saúde.

A verdade que representantes de indústrias estrangeiras chegam a ir conversar com Deputados lá dentro do Congresso, em Brasília. Já o Deputado Federal, Igo Losso, da ARENA do Paraná, autor de três projetos limitando propaganda e proibindo na salas de aula e a participação de menores de 45 anos nas propagandas, observou um aspecto interessante em relação à questão. Segundo Igo Losso, — sempre que um projeto é apresentado no Congresso, o volume de propaganda de cigarros nos meios de comunicação aumenta, chegando a duplicar. É como se fosse uma demonstração de força, para lembrar aos Parlamentares o pequeno alcance de suas tentativas.

Eu acho de suma importância, Deputado Dácio Leonel, estas colocações de Vossa Excelência, nesta tarde, nesta Assembleia. É preciso fazer alguma coisa, realmente, para restringir a comercialização de cigarro neste País.

Eu agradeço, Deputado Dácio Leonel, pela doação do tempo.

O SR. DÁCIO LEONEL — Eu agradeço o aparte de apoio ao ilustre Deputado Fiori Luiz e antes de passar a palavra ao Deputado Luiz Alberto, grande companheiro, gostaria de, não fazendo uma observação, mas dizer, inclusive, que hoje é um dia até feliz para este pronunciamento, já que temos a presença, entre nós, de dois Deputados Federais de cada uma das bancadas, Deputado Norton Macedo e o ex-companheiro desta Casa Legislativa, Deputado Osvaldo Evangelista Macedo que, temos convicção, já contaremos com eles no início, para a formação desta grande linha de frente, numa luta que eu disse e pedi licença a vários companheiros meus. Porque eu nunca neguei. É o que eu disse, fumo há 28 anos, parei há poucos dias, queira Deus que não volte nesta desgraça. É um problema meu, pessoal. Mas eu não estou preocupado com quem fuma. Não posso admitir, tenho dito, insistido nisto, é que o Governo permita, que os homens responsáveis desta Pátria permitam que um veículo de divulgação, como a televisão, passe a ser utilizado por companhias de cigarros, para enganar, mentirosa e criminosamente, os adolescentes de hoje.

Tenho os meus filhos e quantos têm os seus. Esta é a minha luta. A minha luta, pelo menos, quem não é fumante, vamos evitar que possa ser enganado, em última análise, que fume mas sabendo o mal; sabendo aquilo que pode causar de mal o próprio cigarro. Com satisfação, nobre Deputado Luiz Alberto.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Meus parabéns pelo seu pronunciamento. Infelizmente fumo e estou tentando ter a

mesma força de vontade que Vossa Excelência para largar deste vício. Vossa Excelência sabe que nós já temos uma lei municipal que proíbe o fumo em supermercados, em estabelecimentos públicos, o que eu acredito, seja um avanço.

Nos Estados Unidos, é comum, nas carteiras de cigarros estabelecerem as recomendações médicas, contra o fumo.

Creio que Vossa Excelência em boa hora faz este pronunciamento para alertar as autoridades competentes, buscando se não coibir totalmente a vinculação de anúncios, pelo menos dar um basta, a este sério problema da saúde pública brasileira e até mundial.

Mas eu gostaria, nobre Deputado Dácio Leonel, de aproveitar este aparte para poder fazer uma referência ao pronunciamento que o Deputado Fidelcino Tolentino fez, no Pequeno Expediente, há poucos momentos. Como no Pequeno Expediente, não é possível apartear-lo, eu tomo a liberdade neste instante, de contradizer as afirmações graciosas do Deputado Tolentino, conhecido adversário político do Deputado Arnaldo Busato, na Região Oeste do Estado do Paraná.

Sua Excelência fez suposições a respeito do uso do avião, que não correspondem à verdade e trouxe afirmativas levianas a esta Casa. Porque afirmou, por exemplo, que o avião haveria de pousar na pista da fazenda do Deputado Arnaldo Busato, o que é uma inverdade, porque na fazenda, na pequena fazenda de 50 alqueires que o Deputado Arnaldo Busato tem, na cidade de São Jorge do Oeste, no Distrito de Antônio Paranhos, sequer existe pista de aviação.

Na verdade, o Deputado Arnaldo Busato, que sofre de uma longa enfermidade que o Paraná inteiro conhece, como conhece também o valor da sua atividade, sabe que o Deputado Arnaldo Busato está há longo tempo adoentado e realmente o avião que servia o Secretário do Interior, Dr. Octávio Cesário, iria fazer uma gentileza ao Deputado Arnaldo Busato, que deveria retornar para segunda-feira, iniciar mais uma etapa do seu tratamento médico. Não ia pousar na pista da fazenda do Deputado Arnaldo Busato, porque simplesmente, não há pista. Por isso se verifica que as acusações ou as insinuações, feitas pelo Deputado Fidelcino Tolentino, não correspondem à verdade e não têm nenhum fundamento.

Era este o aparte que queria oferecer a Vossa Excelência, dizendo que, se nesta Casa, outras suposições forem levantadas, eu haverei também de levantar suposições a respeito de comportamento pessoal e político, dos eminentes Deputados.

**O Sr. Gernote Kirinus** — Vossa Excelência permite um aparte?

**O Sr. Ezequias Losso** — Vossa Excelência permite um aparte?

**O SR. DÁCIO LEONEL** — Se o Deputado Ezequias Losso permitir, darei o aparte ao Deputado Gernote Kirinus que já o havia solicitado.

**O Sr. Gernote Kirinus** — Nobre Deputado, acompanhei com atenção o seu pronunciamento que eu julgo de suma importância. Embora seja também fumante como muitos desta Casa; embora a minha Igreja nos permita, dê a liberdade, de opção, entre fumar e não fumar; mas esta liberdade exatamente vem sendo cerceada, quando os condicionamentos através das propagandas de televisão vêm agredindo a mente, o comportamento, dos jovens, como muito bem Sua Excelência o afirma.

E foram feitas alusões aqui, foi dito como é verdade, de que nos Estados Unidos se fazem campanha, se fazem esclarecimentos ao público, do prejudicial que é o cigarro. E nas próprias carteiras de cigarro estão observações de que o cigarro é prejudicial à saúde.

Em muitos países também da América do Sul, como o próprio Peru, — e tenho aqui uma carteira de cigarro peruana, em que se observa: — “Fumar puede ser daninho para lá salut”.

Então eu pergunto, se na América do Sul, se repúblicas latino-americanas, talvez, mais fracas, mais débeis economicamente do que nós, o Brasil, diante das multinacionais, com Governo talvez mais temerosos, mais instáveis do que o nosso,

que é um Governo forte, como é que lá passam esses tipos de projetos? Por que, que 14 anos de Governo forte, esses projetos que há pouco foram anunciados, foram ditos de que foram apresentados no Congresso, não passam neste sentido?

Então se chega a uma conclusão que o Governo é forte, mas a sua força está talvez na prepotência contra os mais fracos, contra as vítimas deste povo brasileiro, e a vítima é, talvez, o próprio fumante, ou os jovens que são induzidos a fumar, pela propaganda indiscriminada. Vossa Excelência está de parabéns por esse pronunciamento que tem o apoio deste Deputado, inteiramente, na solicitação de providências aos órgãos federais nesse sentido.

**O SR. DÁCIO LEONEL** — Obrigado, nobre Deputado. Antes de conceder um aparte ao Deputado Losso, eu observava inclusive a sua interrogação, e me lembrava, porque estes dias no jornal a “Gazeta do Povo”, saiu publicado um artigo intitulado “Tabagismo, um problema de saúde pública”, artigo este assinado por Luís Fernando Nix. Não o conheço, mas é um artigo de profunda reflexão; um artigo de uma felicidade extraordinária. Não obstante no seu bojo existam também algumas alegações ou alusões que possam levar até a uma reflexão no aspecto político da coisa. Inclusive ele cita, a certa altura, que o Senador Orestes Quêrcia, do MDB de São Paulo, autor de um dos projetos sobre o assunto, acha que há um acordo entre o Governo e a ARENA para não aprová-los. Eu não entendi e nem entenderia porque a ARENA faria algum entendimento com o Governo para não aprovar, quando, inclusive, homens da ARENA, estão cansados de apresentar projetos nesse sentido.

Mais na frente ele faz a afirmativa de que fortes razões teria o Governo para boicotar tais tentativas. Em 1975, do total da arrecadação tributária do País, 11,6% foi proveniente do tabaco; 60% do dinheiro arrecadado com a venda de cigarros é recolhido em impostos e representou em 1977, cerca de 30 bilhões de cruzeiros.

Por aí se vê o que custa a saúde do nosso povo.

É porisso que eu tenho repetido a grande verdade de que, cada vez que eu ouço o jogador Gerson que tanto admirei nos campos de futebol, que está defendendo o seu cachê num comercial de televisão, fico pensando que não é o fumante que está levando vantagem em tudo, quem leva vantagem são as multinacionais e o Governo com a grande parte que está recebendo, com 60% da venda do cigarro.

E a nossa preocupação foi só uma: nós teríamos que continuar a luta de tantos outros, aqui e em todos os cantos do Brasil, mas de que forma? Apelando a alguém.

É preciso que nós também participemos, tenhamos na Câmara Federal e no Senado uma linha de frente; é preciso que os homens que o Paraná mandou para a Câmara Federal e para o Senado nos ajudem e que passem a liderar esta campanha nacional, para que tenhamos a aprovação de um desses projetos, ou que se crie um projeto, que, em última análise, que não se proíba, mas que se exija de que o cigarro venha com a condicionante com a tarja de que é prejudicial à saúde, e que não se permita que um órgão de comunicação, especialmente como a televisão, possa ser utilizado para enganar tantos inocentes.

E qual seria o caminho? Um apelo nosso à Câmara Federal, à nossa bancada, acreditando que os nossos 34 Deputados Federais, da ARENA e do MDB, haverão de lutar, de responder a esta Casa, e queira Deus, tenhamos com urgência a medida que o Brasil espera. Porque é de ficar pasmado, um pai de família na sua casa, ver toda aquela propaganda, saber da mentira e não poder depois condicionar o seu próprio filho.

Esta é a razão da nossa presença nesta luta que é de todos nós, do que fuma, do que não fuma, porque nossa preocupação é simplesmente com os adolescentes e não deixar que as multinacionais, que as companhias de cigarro transformem esses adolescentes, nos seus futuros clientes e lamentavelmente nos futu-



ros dependentes do fumo que fazem parte da grande escravidão.

O Sr. Ezequias Losso — Deputado Dácio Leonel. Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, desejo cumprimentá-lo pela magnífica decisão em deixar de fumar, embora eu nunca tenha colocado um cigarro na boca, estudei bastante a respeito dos malefícios que o mesmo causa e pude observar, nobre Deputado, que quando fiz o Curso de Farmácia, na Cadeira de Anatomia e Fisiologia, se comentou a respeito dos tremendos males que o cigarro causa à vida humana e pude observar pulmões de cadáveres não fumantes e pulmões de cadáveres fumantes e dizia o professor que aquele enegrecimento produzido pelo cigarro no pulmão daqueles que dele faziam uso costumeiramente, poderia ser a causa da morte prematura de muitos que estavam ali naquele tanque de formol.

Realmente, nobre Deputado, o Governo arrecada muito com o cigarro, mas os gastos que são feitos para proporcionar o restabelecimento daqueles que são prejudicados pela saúde, possivelmente supera a arrecadação que é obtida e devemos levar em consideração ainda, que a população ativa diminui, à proporção que é atingido o ponto vital dos trabalhadores, e nós sabemos que o cigarro atinge o coração produzindo um enfraquecimento nas próprias energias do ser humano.

Por isso nobre Deputado estou inteiramente solidário à manifestação de Vossa Excelência, no sentido de que o Governo procure conscientemente agir para coibir os abusos que estão ocorrendo no tocante à propaganda do cigarro. Lamentavelmente, o Senado brasileiro ainda não se pronunciou a respeito dos projetos que a Câmara dos Deputados aprovou, eis que o relator da matéria referente a quase 15 projetos, Senador Ruy Santos, já há diversos anos está estudando os mesmos, sem dar o parecer. Na verdade, não sabemos porque, mas o fato é o apelo que deve chegar até aquele Sanador, para que ele dê o seu parecer, favorável ou contrário, para que a Câmara Alta também aprecie a matéria e possamos logo ter a definição em torno do assunto.

O Sr. Nilso Sguarezi — Permite um aparte, nobre Deputado? O SR. DÁCIO LEONEL — Pois não.

O Sr. Nilso Sguarezi — Eminente Deputado, Vossa Excelência traz um assunto, realmente de importância fundamental. Quero somente dizer que não é apenas no Congresso Nacional que esse apõem vetos a projetos desse tipo.

Eu fui autor de um projeto na Legislatura passada, proibindo aqui no Paraná, nos transportes coletivos, a propaganda de cigarros.

A Casa aprovou o projeto e inexplicavelmente sob o argumento de ser inconstitucional, o ex-Governador vetou e o que foi mais lamentável, a Casa acatou o veto.

Então, não é apenas no Congresso Nacional que corre um disparate deste. Essa Casa aqui mesmo, na Legislatura passada, propiciou um espetáculo desse.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — A Mesa comunica que esgotou o tempo de Vossa Excelência.

O SR. DÁCIO LEONEL — Senhor Presidente, apenas para encaminhamento regimental à Mesa do requerimento vazado nos seguintes termos (lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça encaminhar o presente expediente aos integrantes da bancada paranaense na Câmara Federal.

Pretende-se com tal medida fazer um apelo à bancada paranaense, no sentido de assumir a liderança para que sejam tomadas urgentes medidas para colocar um paradeiro nas enganosas, mentirosas e até mesmo imorais campanhas publicitárias de cigarros, em especial através das emissoras de televisão.

O Brasil na verdade está assistindo uma terrível investida

dessa propaganda sobre os adolescentes, numa desumana campanha que visa, em última análise, conquistar novos dependentes para o cigarro.

Considerado o tabagismo o maior problema de saúde pública, após o problema da fome, é justo que os homens públicos não permitam que nossos mais importantes órgãos de comunicação sejam utilizados para vender uma imagem falsa de um produto altamente prejudicial à saúde.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1979.

(a) DÁCIO LEONEL”

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — No horário reservado a ARENA, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério, por dois minutos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Espero, em dois minutos, dizer da estranheza desta Casa quanto ao pronunciamento do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, que sem nenhuma prova concreta em mãos, vem aqui lançar uma série de acusações com relação à mordomia por parte do Governo do Estado na utilização dos seus aviões.

Referiu-se Sua Excelência, e com muita infelicidade ao desastre da última semana, em que um avião do Estado efetivamente ia prestar serviços a um dos maiores parlamentares desta terra, a quem o Paraná e o Brasil tanto devem, e que toda a Nação sabe que se encontra gravemente enfermo, e que tem por isso o real direito de solicitar ao Governo do Estado, que lhe dê toda a assistência quando necessário se fizer. Essa a razão, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, da ida daquele avião à fazenda do nobre Deputado Arnaldo Busato.

A bancada da ARENA está pronta a prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, mas com base, não em afirmações levianas contidas nas afirmações do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, feitas na tarde de hoje, nesta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Pela ordem, está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, eu fiz aqui uma indagação e que me parece ser regimental, porque fui acusado pelo Deputado de vir aqui lançar uma série de acusações.

Eu fiz uma ressalva, e consta das notas taquigráficas do caso do eminente Deputado e reconheci no eminente Deputado esta grandeza de reconhecimento público que ele tem no Paraná. E até me penitencio de ter que usar esta oportunidade, fico triste até com as afirmações do eminente Deputado Luiz Alberto e do eminente Deputado líder da ARENA.

Estou fazendo uma indagação que é justa e é lógica e peço a Sua Excelência que realmente não deixe só que a imprensa comente. Que traga realmente dados oficiais. Porque as informações obtidas foram junto ao D.A.C.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não quero abordar o problema do uso dos aviões do Estado, porque tenho outro tema para abordar nesta ocasião. Mas quero lembrar que esta Casa já se serviu de avião do Governo do Estado para ir a Londrina, levando a Comissão de Instrução Pública com parlamentares da ARENA e do MDB, avião cedido pelo Governo do Estado para uma missão da Assembléia Legislativa.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Como também serviu para campanha política.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Lamentavelmente, não posso endossar as palavras de Vossa Excelência porque não tenho conhecimento. (Lê):

“Senhor Presidente.

REQUER o envio ao Ministério do Planejamento de pedido de revisão da política de fornecimento de óleo combustível para a agricultura, acompanhado do pronunciamento lido da tribuna desta Casa por este parlamentar sobre a matéria.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1979.

(a) AYRTON CORDEIRO

# JUSTIFICATIVA:

O Paraná está começando a colher uma safra recorde de trigo, cerca de um milhão e setecentas mil toneladas. Animados por este resultado e, sobretudo, pelos incentivos que o Governo vem proporcionando para que produzam mais, os agricultores se preparam também, neste momento, para dar ao Estado uma de suas maiores safras de verão. Considerando-se tão somente cinco produtos básicos — soja, milho, arroz, feijão e batata —, deveremos produzir nada menos de 14 milhões de toneladas, o que significa 20 por cento a mais com relação à safra anterior.

É a resposta do Paraná ao apelo do Governo brasileiro para "encher a panela do povo".

Infelizmente, porém, nosso Estado — e o Brasil, portanto, estão ameaçados de perder parte de sua produção, pois, enquanto de um lado prega a prioridade ao desenvolvimento agropecuário, de outro, dele são tiradas condições essenciais para que alcance este desenvolvimento. É uma incongruência lastimável, que precisa ser corrigida.

Refiro-me ao problema do abastecimento de óleos combustível e diesel, insumos atualmente indispensáveis e insubstituíveis a curto prazo para a secagem dos produtos e para as operações da lavoura.

Com efeito, os agricultores, em plena época de colheita do trigo, já se ressentem da falta de óleo diesel para a movimentação de suas máquinas, mas a situação mais grave está se verificando na área das cooperativas. Em plena fase de recebimento do trigo, muitas delas não dispõem de óleo combustível para a secagem do cereal — operação imprescindível para o armazenamento.

Este fato se dá em função da limitação das cotas de distribuição de óleo determinada pelo Conselho Nacional do Petróleo, que partiu de uma situação de demanda completamente atípica, para definir as necessidades da lavoura paranaense. Os cálculos para a determinação da cota paranaense deste ano foram baseados no consumo verificado no último trimestre de 1978 — ano em que o Paraná sofreu uma grande frustração de safra em consequência de prolongada estiagem e numa fase em que as operações de secagem já estavam praticamente paralisadas.

Sobre os números de consumo assim obtidos, o CNP, dentro de sua política de contenção das importações de petróleo, aplicou ainda uma redução de dez por cento no fornecimento para 1979. Verifica-se, deste modo, o erro cometido pelos técnicos daquele órgão federal, os quais não levaram em conta, também, as previsões sólidas de que as safras deste ano seriam consideravelmente maiores que as safras obtidas no ano anterior.

É em função destes erros, que várias cooperativas não têm óleo para a secagem do trigo que recebem em grandes quantidades, apesar de já estarem se utilizando, por antecipação, das cotas de combustível previstas para os trimestres seguintes.

Não bastassem estas dificuldades já sentidas, outra séria ameaça paira sobre o setor: o Conselho Nacional do Petróleo decidiu que, a partir de janeiro de 1980, não mais fornecerá óleo combustível para secagem de grãos.

Vemos nesta ameaça, mais uma vez, o desconhecimento dos técnicos que aconselharam tal medida. E por várias razões. Em primeiro lugar, porque o pretexto de racionamento não cabe ao Paraná — um Estado que produz 25 por cento dos alimentos deste País, e que consome, de óleo combustível em sua agricultura, pouco mais de 1,2% do total de Petróleo consumi-

do no Brasil. Portanto, não vemos razão para penalizar a lavoura paranaense — que há quatro anos consecutivos sofre pesadas frustrações — com uma medida que, além de ser altamente prejudicial para o Estado, não resolveria os problemas nacionais de redução das importações de óleo bruto.

Outro claro sintoma de que o CNP adotou uma posição totalmente alheia à realidade é o fato de que, em menos de seis meses, é impossível proceder a substituição dos atuais sistemas de secagem por outros que utilizem fontes alternativas de energia. Mesmo porque ainda não existe uma definição técnica e econômica comprovadamente viável para a substituição dos equipamentos a fuel-oil.

Substituir fuel-oil por lenha? Como fazê-lo se todos sabemos que nossas reservas florestais estão esgotadas? Ou por carvão mineral? Qual a garantia de fornecimento de carvão que será dada às cooperativas? Qual o seu preço? O que fazer com a grande quantidade de resíduos inaproveitáveis gerada pelo carvão? Substituir o óleo combustível por álcool? Como, onde, quando e a que preço serão produzidos equipamentos de secagem adaptados ao uso do álcool?

Parece-me que nenhuma destas indagações foi levada em conta pelos técnicos do Conselho Nacional do Petróleo.

Enfim, Senhores Deputados, predomina a irracionalidade.

Sensível, porém, aos reclamos da classe produtora, angustiada pela proximidade do caos com que lhe estão acenando, o governador Ney Braga, pessoalmente, ou através do Secretário da Agricultura, Reinhold Stephanes, vem envidando todos os esforços para que esta situação não se concretize. O Governo do Paraná está consciente dos prejuízos que fatalmente advirão caso seja cumprida a promessa de suspender o fornecimento de fuel-oil — pois cada grão de soja que apodreça por falta de secagem e, por isso, deixe de ser exportado, significa uma diminuição na receita cambial do país, fator que gera recursos necessários para pagar as importações de petróleo.

Tais esforços estão consubstanciados, especialmente, em contatos pessoais e documentos dirigidos a órgãos como o Ministério da Agricultura, o Conselho Nacional de Petróleo e a Comissão Nacional de Energia, solicitando o aumento das cotas de óleo diesel e combustível; linhas de crédito para financiamento de florestamento e eletrificação rural, com prazo de seis anos e um de carência; além de linhas especiais para adaptação dos equipamentos, que receberem a parte de recursos via BADEP de cem milhões.

O Paraná, cuja produção de cereais exportáveis paga praticamente um terço da importação de petróleo do País, não se nega absolutamente a novamente colaborar para que o Brasil possa enfrentar a crise de energia, reduzindo suas compras de petróleo. Mas também não pode aceitar que, em nome de uma insignificante redução do consumo de óleo combustível, a agricultura venha a sofrer tão graves consequências como as que se prenunciam.

Senhores Deputados.

Os sérios desencontros já observados na condução da política de combate à importação de petróleo, tem contribuído de forma profunda para a insegurança de vários setores da vida nacional. A impressão que se tem, é que por falta de estudos melhor amadurecidos, os setores governamentais responsáveis pela matéria, estão tentando acertar o alvo sem mirá-lo com convicção. Os avanços e retrocessos decisórios indicam que este raciocínio está correto. Primeiro, a novelesca vigência das restrições para o consumo da gasolina por automóveis particulares, mediante a adoção das "simonetas". Em passos seguintes, decisões sobre o funcionamento dos postos de gasolina, impedidos, recentemente, de venderem aos sábados, mas logo depois, autorizados a atender veículos destinados a atender transporte de passageiros.

Há pouco tempo, num rasgo de absoluta falta de percepção da realidade social brasileira, o Ministro das Minas e Ener-

gia, anunciou a intenção de proibir a renovação de licença de veículos automotores produzidos há dez anos ou mais. E neste grave descompasso, suportado em algumas situações pela possibilidade de adequações possíveis, nota-se, agora, o peso de sérias consequências a recair sobre a agricultura.

Parlamentar é paranaense, quero aliar-me às preocupações do Governador do Estado e do Secretário da Agricultura e emprestar o meu apoio político aos agricultores do Paraná, nesta aflitiva e angustiante situação que estão a viver.

Que os escalões do governo federal estabeleçam uma correta graduação das necessidades brasileiras, porém, como primeira atitude, conduzam os seus técnicos à planície, onde verão e ouvirão a verdadeira realidade, sem os condicionamentos das frias paredes dos gabinetes que não conversam com agricultores e com outros segmentos da sociedade brasileira.

Minha proposta é para que o governo federal repense o corte no fornecimento de óleo combustível, revisando a posição já adotada. E o Paraná, movel principal deste pronunciamento, dará ao Brasil 14.000.000 de toneladas de soja, milho, arroz, feijão e batata.

Sem contar os quase dois milhões de toneladas de trigo, produto essencial para a alimentação do povo deste País."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Ainda no horário da Liderança da ARENA, os dois minutos que nos restam, com a palavra o Deputado Ruben Valduga.

O SR. RUBEN VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, agradeço ao Deputado Airton Cordeiro, a brevidade em me ceder esses dois minutos que apenas vou fazer um histórico de uma matéria da mais alta relevância que está sendo discutida aqui nesta Casa.

Uns dias antes do recesso, o nobre Deputado Deni Schwartz entrou com um requerimento solicitando fosse encaminhado ao Governo Federal e aos órgãos competentes, um expediente no sentido de que fosse subsidiado o alimento essencial a toda classe trabalhadora do Brasil.

Pareceu, assim, a princípio, uma medida sem um contorno mais definido. Entretanto, a Comissão da Agricultura, a qual tenho a honra de presidir, entendeu elaborar um estudo que está sendo procedido através do relator, Deputado Pinto Dias, e, com imensa satisfação, lemos no "O Estado de São Paulo", de ontem, que já o Governo Federal se antecipa na criação de pacotes de alimentos, contendo basicamente: arroz, feijão, cebola, macarrão, batata, enfim, os produtos de primeira necessidade.

Vê-se que, às vezes, as críticas, as colocações, quando infundadas, caem em terreno vazio e não proliferam, e atos verdadeiramente sérios, quando bem colocados, passam a produzir frutos e dão resultados como os que vemos. Como o meu tempo é pouco, me proponho a voltar no Grande Expediente, com matéria que temos já bem avançada, para poder trazer a este Plenário.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Na Hora da Liderança do MDB, concedo a palavra ao nobre Deputado Lineu Turra.

Antes porém, a Mesa registra com satisfação, a presença em nosso Plenário, do nobre Deputado Federal Osvaldo Macedo.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Nós somos pela valorização do homem político. Em nossa opinião, ele tem a sensibilidade necessária para o trato dos problemas que afligem o povo.

Quando, porém, os setores que requerem ação são especializados, o lugar deve ser ocupado pelo técnico, por quem entende do assunto.

Preocupa-nos, por esse motivo, o que vem ocorrendo, desde o início do atual Governo, no campo da Previdência Social.

A unificação dos Institutos havia se constituído numa vitória, pelo fato de representar simplificação, economia e rapidez no atendimento dos segurados.

Foram precisos alguns anos para que viesse a dar-se o completo entrosamento de funcionários e de serviços, uma vez que havia guerra surda entre o pessoal do ex-Instituto dos Comerciantes e do ex-Instituto dos Industriários. As arestas foram aparadas, e ultimamente tudo estava entrando nos eixos.

A essa altura, entretanto, novo golpe é desferido. Nas altas esferas governamentais, sob a influência de tecnocratas, resolveu-se a separação do que estava unido. O Instituto Nacional de Previdência Social se dividiu, outra vez, em novos Institutos, dando origem ao SIMPAS, ao IAPAS, ao INAMPS, enquanto o setor de seguros sociais continuou com a denominação INPS.

A perturbação não poderia ser maior do que está sendo. O segurado está confuso, não sabe a que porta bater, para reivindicar os benefícios a que tem direito.

Em compensação, em lugar de um, há três presidentes nacionais e três superintendentes em cada Estado, com o seu cortejo de assessores, chefes de gabinete e oficiais de gabinete. Uma orgia de gastos!

No sistema unificado de outrora, havia uma só contabilidade, um só almoxarifado, e assim por diante. Agora, cada novo Instituto tem os seus próprios serviços de contabilidade, almoxarifado, etc. etc., que representam considerável e desnecessário ônus mensal, em detrimento do pobre trabalhador e de sua família, a sofrer nas filas e a receber assistência cada vez mais falha.

O problema se agravou bastante, a partir da instalação do Governo Figueiredo. Isso porque ocupa indevidamente a pasta da Previdência Social um político de duvidoso conhecimento, o Ministro Jair Soares.

Acostumado às barganhas da política provinciana, esse dentista gaúcho transformou o seu ministério, e, conseqüentemente os diversos Institutos à sua disposição, num feudo, de que usa e abusa, distribuindo benesses a outros políticos, a fim de sustentar-se no cargo. É um "toma lá, dá cá" desabrigo, como se o ministério, criado para assistir o trabalhador, seja o valhacouto de gente sem estatura para exercitá-lo. Jair Soares estremeceu a opinião pública quando, com a maior desfaçatez, leiloou, entre as bancadas arenistas dos Estados, os cargos regionais do Ministério da Previdência Social. Em troca, exigiu apoio, para permanecer no Ministério.

Para impressionar o General João Figueiredo, recorre à demagogia improfícua e ridícula, de incertas a postos de atendimento médico, ao amanhecer do dia, onde berra e estrebucha, e determina a punição de funcionários. Os que estão na fila aplaudem a atitude de violência, mas não percebem que tudo não passa de mero exibicionismo, dentro da moderna técnica de popularização de um governo que anda perdido em meio da crise que nos avassala, e que recorre a gestos desse tipo para anestesiá-lo o descontentamento da Nação.

A situação desses Institutos no Paraná é precária. O segurado se mostra cada vez mais insatisfeito, em vista da deterioração dos serviços. O funcionalismo se mostra, por sua vez, intranquilo e desestimulado.

A política domina esses Institutos. Gente de fora, desconhecadora do "métier", assumiu cargos de direção nos mesmos, como prêmio de consolação, por não haver sido eleita para a Câmara de Deputados ou para a Assembléia Legislativa. Em conseqüência, o INAMPS, o IAPAS e o INPS são, hoje, verdadeiras torres de Babel, onde imperam a confusão e o desentendimento.

Citemos alguns casos, para ilustração:

Existem cargos de Direção e Assessoramento (DAS), que, por sua natureza, deveriam exigir de seus titulares curso

universitário. Essa exigência não está sendo cumprida.

Além disso, o assessoramento só pode vir de quem entende do serviço e, conseqüentemente, teriam de ser aproveitados, nesses cargos, funcionários de carreira. O critério, no entanto, passou a ser, desde a inauguração da infeliz gestão de Jair Soares, o da utilização de "gente de fora", inteiramente jejuna em matéria previdenciária.

Esse fato constitui elemento de desmoralização para o pessoal da casa, pois, havendo freqüentado sucessivos cursos de aperfeiçoamento e tendo participado dos numerosos simpósios havidos no País, ganhou conhecimentos e experiências, que deixam de ser aproveitados.

Os cursos de aperfeiçoamento e de treinamento e os simpósios representaram vultosas despesas para os Institutos, e, no fim, tem-se a impressão de que foi dinheiro jogado fora. Na hora da utilização dos "experts", eles são deixados de lado, para que os cargos de confiança, como são os DAS, sejam preenchidos por políticos, ou por amigos de políticos, crus no que diz respeito aos serviços, e, portanto, displicentes e retardatários no encaminhamento dos processos. O grande prejudicado é o público pagador, que sofre nas filas e nos guichês, irritado com a demora na solução dos seus casos.

O funcionalismo, por sua vez, retrai-se, ao perceber que de pouco adiantaram os seus esforços no sentido do aprimoramento profissional. Substituído, injusta e levianamente, por leigos, a se locupletarem de cargos polpudos, o funcionalismo perde o elã que o empolgava, e se omite, para não compactuar com os erros e com as decisões infelizes dos usurpadores de cargos.

Outro aspecto não menos importante: o aproveitamento do pessoal dos quadros implicaria em menor despesa para os cofres dos Institutos, ao passo que o elemento de fora vai perceber muito além do que perceberia o funcionário, e sem poder dar, para o público, a contribuição de um conhecimento técnico e de uma experiência que não existem.

Não podemos deixar de mencionar mais um detalhe: Por haverem-se convertido os cargos técnicos em cargos políticos, cresce, obrigatoriamente, a rotatividade dos seus titulares. O político não chega a esquentar o lugar. Quando está próximo de aprender algo sobre os serviços, é arredado, ou removido para posto de maior destaque.

A conseqüência disso é a deterioração sistemática dos serviços, como é fatal a descoordenação entre os funcionários, de recomposição difícil, porque outro político virá, e esse outro, tal qual o primeiro, será macaco em casa de louças.

As trocas se operam, geralmente, quando o leigo cometeu erro grave. Para não ser apenado, retira-se. Isso não ocorre com o funcionário, que responde por todos os seus atos, e está sujeito a sindicâncias, a inquéritos administrativos e a processos criminais.

O quadro de políticos que ocupam os Institutos no Paraná, é o seguinte:

INAMPS — Carlos Ferri, Coordenador de Assistência Médica; Pedro Alberto Rost, Diretor do Departamento Regional de Material, talvez por suas credenciais de sócio do irmão do Superintendente numa empresa de transportes.

INPS — Cleverson Teixeira, não reeleito Deputado Federal, contemplado com a Superintendência. O seu gabinete se tornou a meca de tudo quanto se diz político situacionista. Os processos se acumulam sobre sua mesa, e alguns chegaram a perder prazo, por incúria e inexperiência.

Roberto Holanda é Secretário de Seguros Sociais, do que nada entende, e Osni de Souza Rodrigues é Secretário do Planejamento, a quem não se pode conferir melhores atributos para a função.

Muito curioso é o fato do advogado Dr. Armando Sílvia de Brito haver sido substituído na Direção do Departamento de Material do INAMPS por Pedro Alberto Rost, quando era reco-

nhecida de todos a sua capacidade de trabalho, tendo ele dinamizado significativamente aquele órgão.

O Dr. Alcení Ângelo Guerra, Superintendente do INAMPS é médico do quadro, e acumula os vencimentos deste cargo com os do DAS, e não cumpre o horário de oito horas, exigido pela Consolidação das Leis do Trabalho, em vigor.

O Presidente da República designou o Dr. Hélio Beltrão, ex-Ministro do Planejamento, para a missão de desburocratizar os serviços públicos.

Um dos problemas que o Dr. Hélio Beltrão vai ter de enfrentar logo, logo, é o criado pelo Dr. Harry Waldir Graeff, Presidente do INAMPS, acomodado confortavelmente no Rio de Janeiro.

Consoante circular que distribuiu para todo o País, os telefones de uso das categorias de chefias intermediárias ficaram sob o direto controle dos altos escalões.

Outra determinação, absurda e ridícula, é o da implantação de verdadeiro bloqueio em toda a correspondência dos órgãos subordinados ao INAMPS, devendo ser adotado, pelos Superintendentes Regionais, o modelo estabelecido no Rio.

Pelo visto, os métodos da Gestapo continuam a ser adotados entre nós, para o controle de todas as informações, especialmente para que seja evitada a divulgação de omissões ou de atos ineptos de políticos desgabaritados travestidos de técnicos em Previdência Social.

Afora esse controle policialesco, todo mundo perceberá que o INAMPS, pela demasiada centralização que visa, está se burocratizando cada vez mais. Não falemos já da demonstração de desconfiança de todo o funcionalismo do órgão, e, sim, dos mafelícios dessa centralização extemporânea. A papelada vai multiplicar-se, os processos vão arrastar-se com crescente lentidão, e os segurados que se resignem à triste sorte de dependerem de trêfegos ocupantes de cargos que nunca poderiam ser seus.

Antes de encerrar, lembremos que "gente de fora" tramou a vergonhosa e lesiva transação de valiosos terrenos do ex-INPS pelo Hospital Santa Cruz à Rua do Rosário, e pela Maternidade do Portão, sita à Avenida Kennedy, nesta Capital.

Descoberta a feia barganha, em que alguns se lucupletaram fartamente, instaurou-se processo judicial. O Hospital Santa Cruz estava prestes a ruir, e, quanto à Maternidade, será menos dispendioso por o prédio abaixo do que consertá-lo.

Os principais responsáveis pelo delito se retiraram do então INPS, no qual eram corpos estranhos, e os prejuízos são do contribuinte, que vê o seu dinheiro desperdiçado em roubalheiras que tais, enquanto os serviços assistenciais deixam muito a desejar.

Se o General João Figueiredo está sinceramente interessado em resolver os problemas do povo, como vive apregoando, aproveite a ocasião que lhe apareceu, e, na reforma ministerial em perspectiva, trate de afastar o demagogo Jair Soares. Um ministério, que envolve os interesses de milhões e milhões de pessoas em todo o País, não pode ficar em mãos de um político suburbano, de visão estreita e de apetite desmedido.

Para o bem geral da Nação, devolva o General os Institutos da Previdência Social aos que conhecem a fundo os seus serviços e que têm competência já comprovada para fazê-los funcionar."

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está ecerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 23/79 - de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES, que dá nova redação ao

Inciso X do Artigo 39, e ao Artigo 55 do Regimento Interno.— Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 38/79 - de autoria do Deputado WALDYR PUGLIESI, que acrescenta parágrafo com redação que especifica, ao Artigo 77 do Regimento Interno. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 63/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 62/79, que aprova termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Rolândia, Cêro Azul, Paranavaí e Sengés, objetivando aplicação de recursos financeiros, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 67/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 45/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Maringá, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, no Distrito de Iguatemi. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 68/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 52/79, que aprova termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e municípios nominados, que com interveniência de Órgãos que especifica, objetiva execução de obras e serviços de emergência, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. — Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 69/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 53/79, que aprova convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Ibaté e Joaquim Távora, com a interveniência de Órgãos e objetivos que especifica.— Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 70/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 67/79, que aprova convênio de cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Cascavel, objetivando condicionar diretrizes do trânsito com o planejamento urbano do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, não tenho dados.

Há poucos dias esta Assembléia aprovou uma matéria também relativa à participação no processo de aperfeiçoamento do serviço de trânsito de Cascavel, e não tinha a importância de participação do Governo do Estado.

Indago à Mesa, se há neste projeto, neste convênio, alguma participação em que decline a importância financeira do Estado.

Se é feita toda pelo Estado; se a participação de mão-de-obra, é da Prefeitura, porque nós não temos dados aqui e no outro foi realmente o que aconteceu. E queria saber qual é a importância que o Estado participa com isso.

São quantias que ficam fora da possibilidade de controle

da Câmara, e eu então estou procurando ver da possibilidade de haver uma observação, da Câmara Municipal, no sentido fiscalizatório da aplicação de recursos. (Pausa)

Pediria, Sr. Presidente, para não delongar, pediria à Mesa que determinasse à assessoria que encaminhasse cópia deste convênio ao meu gabinete, que na discussão da matéria, amanhã, eu traria dados para essa discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Deferido o pedido de Vossa Excelência. Será encaminhado ao seu gabinete, cópia do projeto.

Em votação o Projeto de Lei n.º 70/79.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 71/79 - de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova prestação de contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (CABENFALE), referente à Verba de Assistência Social, recebida por aquela entidade, período janeiro a dezembro de 1.977.— Parecer FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 71/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo único — Fica aprovada a prestação de contas referente à verba de assistência social, repassada pela Assembléia Legislativa para através da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (CABENFALE), custear gastos com assistência médica, hospitalar, dentária e laboratorial aos associados daquela entidade, no período de janeiro a dezembro de 1.977.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1.979.

(aa) FRANCISCO ESCORSIN, Presidente;

DAVID FEDERMANN, Relator.

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO N.º 99/78

P A R E C E R

A presente Proposição sob o n.º 99/78, é oriunda do ofício s/n.º, de 15 de março de 1.978, do Presidente da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (CABENFALE), encaminhando prestação de contas da verba de assistência social, entregue por esta Assembléia à CABENFALE, no período de janeiro a dezembro de 1.977.

Examinando a proposição em tela assim como a sua documentação, verificamos que a mesma está legalmente instruída e correta, não necessitando de reparos.

Sendo assim, está a matéria em condições de ser apreciada por esta Comissão de Tomada de Contas, e o nosso parecer é pela aprovação da proposição em análise, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1.979.

(aa) FRANCISCO ESCORSIN, Presidente;

DAVID FEDERMANN, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 98/79 - de autoria do PODER EXECUTIVO, oriundo da Mensagem Governamental n.º 77/79, que encaminha anteprojeto de lei autorizatório permitindo ao Poder Executivo abertura de crédito especial no montante de Cr\$ 895.000.000,00 (Oitocentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros), para atender despesas de pessoal. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.F., por unanimidade.— COM PRAZO CONSTITUCIONAL.

#### PROJETO DE LEI N.º 98/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 895.000.000,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, não previstas à época da formulação do Orçamento vigente.

Art. 2.<sup>o</sup> — Como recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os resultantes do cancelamento de dotações consignadas no Orçamento Geral do Estado e os provenientes de excesso de arrecadação.

Parágrafo único. Fica também o Poder Executivo autorizado a promover a substituição dos recursos da arrecadação própria do Tesouro, originariamente previstos para a cobertura de investimentos, por recursos de operações de crédito autorizadas, com vistas a propiciar a liberação de dotações gráficas e financeiras para a execução das despesas a que se refere esta lei.

Art. 3.<sup>o</sup> — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em  
(a) PODER EXECUTIVO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 98/79

##### P A R E C E R

O presente projeto de lei, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 77/79, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, projeto de lei que objetiva permitir ao Poder Executivo a abertura de um crédito especial no montante de Cr\$ 895.000.000,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros), para atender despesas de pessoal, como especifica.

A referida proposição, encontra amparo legal no Art. 25, § 1.<sup>o</sup>, da Constituição do Estado, onde defere competência ao Chefe do Poder Executivo, cabendo à Assembléia Legislativa apreciá-lo.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;  
PAULO CAMARGO, Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 98/79

##### P A R E C E R

O presente plano de lei, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 77/79, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei objetivando permitir ao Poder Executivo a abertura de um crédito especial no montante de Cr\$ 895.000.000,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros), para atender despesas de pessoal como especifica.

Referida matéria já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Quando ao aspecto financeiro, objeto de estudo nesta Comissão, não vemos qualquer impedimento que se possa antepor, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1.979.

(aa) AGUINALDO PEREIRA LIMA, Presidente;  
GABRIEL MANOEL, Relator.

Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados.

No início desta legislatura, já no início da legislatura, o Governo do Estado encaminhou para este Poder Legislativo, uma mensagem solicitando poderes para contrair empréstimo externo, da ordem de duzentos e trinta milhões de dólares, para suprir o Tesouro do Estado, para pagamento de encargos contraídos no Governo anterior.

Agora, o Governo do Estado solicita desta Assembléia, a autorização para contrair um empréstimo de quase um bilhão de cruzeiros, e fala nessa Mensagem que é para satisfazer necessidades de algumas exigências, e enumera uma plêiade de leis, de acordo com mensagem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Apenas para - talvez por distração - Vossa Excelência tenha afirmado ao Plenário, que o Governo pede, através da Mensagem n.º 77/79, autorização para contrair empréstimo de quase um bilhão de cruzeiros. Não é empréstimo, nobre Deputado. É apenas um crédito especial para fazer face a despesas não consignadas no orçamento do ano passado, em virtude das diversas transformações que sofreram os quadros de pessoal do Poder Judiciário, Tribunal de Contas e do próprio Poder Executivo.

Quanto à Mensagem que Vossa Excelência se refere, e que esta Casa aprovou, inclusive com o voto de alguns membros da bancada do MDB, que deram uma demonstração de alto espírito público, ao apreciar aquela mensagem, quero informar a Vossa Excelência, que está dependendo, ainda, de autorização do Governo Federal, para que o Governo do Estado possa iniciar as negociações, no sentido de obter aquele empréstimo no exterior.

Agradeço a Vossa Excelência por dar-me esta oportunidade de procurar estabelecer a diferença entre uma mensagem e a outra: uma solicitando autorização legislativa para obter empréstimo externo, e a outra, solicitando autorização legislativa para abertura de crédito especial.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Estou apenas confirmando.

Mas, trata-se de pedir autorização a este Poder Legislativo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas não empréstimo...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — ...e no decorrer - se é autorização legislativa para satisfazer necessidades do Tesouro, evidentemente que, se o Tesouro tivesse... Vossa Excelência vai perceber esmiuçadamente a minha colocação. E faço aqui, preliminarmente, Sr. Presidente e nobres Deputados, nesta discussão da matéria, faço um pedido de informações, porque evidentemente nos parece ser oportuno e até pertinente. É que solicito informações ao Governo do Estado sobre a destinação específica da aplicação dos oitocentos e noventa e cinco milhões de que trata a Mensagem n.º 77/79 e sugere ainda, que a verba seja aplicada para reclassificação geral de cargos da Assembléia, Tribunal de Justiça e Poder Executivo, como ainda, a concessão de reajuste imediato de vencimento do funcionalismo público estadual, já que a mensagem aborda de uma forma.

E faço as seguintes perguntas: (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que este subscrevê, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, sugerindo-lhe que a verba de que trata a Mensagem n.º 77/79 seja aplicada para a reclassificação geral de cargos da Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça e Poder Executivo, e ainda, para que se conceda reajuste imediato de vencimentos ao funcionalismo público estadual, bem como solicitadas as seguintes informações:

1.<sup>o</sup>) - Quando serão aplicados os Cr\$ 895.000.000,00 de que trata a Mensagem n.º 77/79?

2.<sup>o</sup>) - Essa verba será aplicada para a RECLASSIFICA-



CAÇÃO GERAL DE CARGOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, TRIBUNAL DE JUSTIÇA, PODER EXECUTIVO e para um REAJUSTE IMEDIATO DE VENCIMENTOS AO FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL?

3.º) - A partir de qual data será concedido esse reajuste e qual seu percentual?

4.º) - Qual o valor especificado, de cada parcela dos Cr\$ 895.000.000,00 a serem aplicados como Pessoal de cada Poder?

5.º) - Esta verba destina-se somente ao Pessoal Estatutário?

6.º) - Como será distribuída em cruzeiros, particularizando-se cada uma das leis mencionadas na exposição de motivos que acompanha a Mensagem n.º 77/79?

7.º) - Quantas nomeações resultaram das "antecipações de aposentadorias" mencionadas na Mensagem n.º 77/79? Como e onde foram procedidas?

8.º) - Qual o gasto previsto com o pessoal estatutário e C.L.T., respectivamente, dentro da verba a que se refere a Mensagem n.º 77/79?

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

#### JUSTIFICATIVA:

Através da Mensagem n.º 77/79, o Governador do Estado solicita abertura de um crédito especial, no montante de Cr\$... ..895.000.000,00 para atender despesas de pessoal.

Na exposição de motivos do Excelentíssimo Senhor Secretário do Planejamento, alega que a previsão orçamentária anterior previa um aumento de apenas trinta e cinco por cento ao funcionalismo e que teria sido concedido quarenta por cento, percentual esse, que deveria ser aplicado sobre Cr\$ 6.171.000,00 e, não sobre Cr\$ 5.919.999,99, despesa prevista anteriormente para o exercício de 1.978.

A seguir, enumera 10 (dez) leis que tratam de reorganização de Quadros de Pessoal dos Três Poderes como responsáveis pelo dispêndio adicional de Cr\$ 376.000.000,00.

Todavia, certamente a fim de abreviar sua explanação, deixa de explanar detalhadamente sobre a distribuição desses Cr\$ 376.000.000,00 para cada item distribuídos em sequência nas letras "a" até "j".

Estranhamente, figuram dessa relação as Leis n.ºs: 7.031; 7.077; 7.078 e 7.178, que tratam, respectivamente da adequação do Quadro do Tribunal da Justiça; de Reestruturação do Quadro do Tribunal de Contas; de Cargos em Comissão desta Casa; e da adequação do Quadro do Tribunal de Alçada.

Segundo notícias oficiosas, a "conditio sine qua nom" para que fossem encaminhadas as mensagens que resultaram nessas leis, era o suporte orçamentário previsto para o exercício de 1.978.

Ora, se os acréscimos já foram computados no exercício de 1.978, "data vênica", haveria um "bis in idem" na apresentação dos valores correspondentes aos pagamentos de pessoal do ano anterior corrigidos em quarenta por cento (Cr\$ 8.639.000,00 - item "a" da fls. 06) e os pagamentos concedidos por aquelas leis (parte dos Cr\$ 376.000.000,00 acusados no item "f" de fls 06).

Outros conflitos, aparentemente, se registram entre os itens "d", "e", "g" e "h", pois, é público e notório que ninguém pode ganhar mais na inatividade do que recebia em atividade, E QUE HÁ CINCO ANOS LUTAMOS PARA QUE HAJAM CONCURSOS, PROMOÇÕES E ACESSO NO ESTADO, SEM SERMOS ATENTIDOS:

Ora, se não existem concursos, salvo para o magistério, é flagrante a repetição de valores apresentados naqueles itens:

Por outro lado, na relação de projetos de lei sancionados no final de 1.978 e início de 1.979, constantes de fls 03, itens "a" até "j", cuja implantação deveria representar um dispêndio

adicional de Cr\$ 376.000.000,00, no corrente exercício, cremos, igualmente, ter havido equívoco quanto à apreciação feita pelo Governo.

Faremos uma pequena apreciação de cada uma daquelas leis ali mencionadas:

- a) - Lei n.º 7.031, de 15/09/78: criou aproximadamente 50 (cinquenta) cargos para adequação da carreira de assistente judiciário no Tribunal de Justiça. Seu Artigo 12 dispõe que as despesas para sua execução "correrão à conta das dotações próprias e consignadas ao Orçamento do Poder Judiciário".
- b) - Lei n.º 7.051, de 04/12/78: trata da estruturação do Quadro da C.R.E. Seu Art. 146 autorizou abertura de um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para o C.P.D.P.R. (Art. 112).
- c) - Lei n.º 7.073, de 28/12/78: trata da reformulação da sistemática de vencimentos do Ministério Público. Seu Art. 3.º dispõe que as despesas para sua execução correrão à conta das dotações próprias, consignadas no Orçamento do Estado.
- d) - Lei n.º 7.074, de 02/01/79: trata da organização da Procuradoria Geral do Estado. Seu Art. 45 dispõe que as despesas para sua execução adviriam de verbas orçamentárias próprias da Procuradoria Geral do Estado.
- e) - Lei Complementar n.º 8, de 03/01/79: alterou o teto da gratificação de Tempo Integral da Polícia Civil. É omissa quanto às fontes para as despesas.
- f) - Lei n.º 7.077, de 03/01/79: trata de reestruturação do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas. Seu Art. 29 dispõe que as despesas seriam cobertas pelas dotações orçamentárias próprias consignadas no Orçamento do Estado ao Tribunal de Contas.
- g) - Lei n.º 7.097, de 08/01/79: altera a gratificação das funções policial militar tipos I e II. É omissa quanto às despesas.
- h) - Lei n.º 7.098, de 08/01/79: trata da inclusão de apenas quatro (04) cargos em Comissão no Quadro de Pessoal do Poder Legislativo e adapta cerca de uma dezena de cargos à simbologia D.A.S. Seu Artigo 10 dispõe que as despesas correrão das verbas destinadas no Orçamento para o Poder Legislativo.
- i) - Lei n.º 7.122, de 26/04/79: trata da reestruturação do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura. É uma daquelas que o ex-Governador vetou integralmente, num de seus rompantes contra o Servidor Público. É omissa quanto às verbas para sua execução, mas, retornou a esta Casa através de Mensagem do atual Governo.
- j) - Lei n.º 7.178, de 06/07/79: trata da Adequação do Quadro do Tribunal de Alçada. Seu Art. 16 dispõe que as verbas para sua execução correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento do Tribunal de Alçada.

Como podemos notar, a única lei com despesas de vulto para sua implantação, sem informar a fonte de receita, é aquela que trata do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura, originária do atual governo.

As outras duas, omissas nesse particular, dizem respeito a pequenas elevações nas gratificações da Polícia Civil e Militar.

A única que solicitou abertura de crédito especial, foi a que tratou do Quadro da C.R.E., onde existe muita insatisfação quanto aos critérios adotados para sua implantação.

As demais, **ACUSAM PRÉVIA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**:

Ora, se os recursos já estavam previstos no Orçamento do Estado, o crédito especial, nesse particular está sendo pedido

indevidamente, ou computado em dobro!

Se não estivessem previstos, esta Casa, com a devida vênia, teria sido induzida a erro pelo conteúdo dos textos dos projetos de lei elaborados no **PALÁCIO IGUAÇU**, por que não dizer, de maneira irregular.

Numa fria análise dessas leis, constataremos que menos de dez por cento dos funcionários do Tribunal de Justiça foram beneficiados com a Lei n.º 7.031/78.

Que a reestruturação da C.R.E. foi insatisfatória.

Que a reformulação dos vencimentos do Ministério Público foi paga indiretamente também aos Magistrados e Secretários de Estado, mediante antecipação da majoração dos seus vencimentos para JANEIRO de 1.979, sem que ninguém fizesse tal reivindicação, resultando na despesa "extra" de Cr\$... 52.000.000,00, em prejuízo de milhares de servidores de menor padrão!

Que a Organização da Procuradoria Geral do Estado, tendo em vista as imposições e intransigências do Governo de então, até o momento resultou em desorganização!

Que a reestruturação do Quadro do Tribunal de Contas, se por um lado foi justa, premiando os servidores de todos os níveis, por outro lado deixa a indagação: E O QUADRO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA?

Que o Quadro dos Engenheiros, no qual se pretendia injustiçar os Agrônomos e que fora inteiramente vetado em razão de emenda apresentada por valoroso Parlamentar da ARENA, permitindo o trabalho particular fora do expediente público, classifica apenas parte dos servidores de nível universitário do Estado.

Que a adequação do Quadro do Tribunal de Alçada foi por demais modesta, atribuindo vencimentos ao pessoal de nível universitário em valor inferior a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

Finalmente, que todas aquelas leis não retratam a aflitiva situação de mais de 50.000 servidores públicos do Estado que esperam a prometida RECLASSIFICAÇÃO DE CARGOS, entre os quais, os componentes do QUADRO DE PESSOAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, cujo prazo legal para apresentação de plano de lei nesse sentido já está ultrapassado há vários meses sem qualquer iniciativa que mereça o crédito dos interessados.

Por essa razão, apelamos, novamente, à Comissão Executiva desta Casa e ao Governo do Estado para que, olhando a extensa relação de leis apresentadas às fls 03 da exposição de motivos que acompanha a Mensagem n.º 98/79, e, verificando a injustificável omissão de qualquer benefício aos servidores do Poder Legislativo, apesar da EXISTÊNCIA DE DISPOSITIVO LEGAL VIGENTE PARA FAZÊ-LO, tomam as providências necessárias, as quais virão ao encontro de uma melhor distribuição dos serviços administrativos deste Poder!

Continuando em nossa análise, outros pontos de conflito são encontrados no pedido de abertura de crédito:

- gratificação de Regência de Classe não está sendo paga a aposentados;
- os cargos vagos de pessoal estatutário não estão sendo preenchidos, pois, não são abertos concursos públicos no Poder Executivo;
- as antecipações de aposentadorias não estão gerando despesas novas com preenchimento dos cargos vagos;
- as providências em fase de implantação (Cr\$... 146.000.000,00) ainda estão em fase de discussão e provavelmente não deverão atingir o total solicitado para aplicação ainda no corrente exercício.

Pelos motivos apresentados, sugerimos, além das informações solicitadas, sejam usados esses recursos também para a RECLASSIFICAÇÃO GERAL DE CARGOS e para a CONCESSÃO IMEDIATA DE AUMENTO AOS SERVIDORES, ainda que seja necessária uma nova abertura de crédito es-

pecial no final do corrente exercício, pois, o REFLEXO DE TUDO O QUE FOI EXPOSTO NA MENSAGEM EM TELA SOMENTE SERÁ SENTIDO NO MÊS DE DEZEMBRO, quando a situação REAL DO FUNCIONALISMO E DAS FINANÇAS DO ESTADO PODERÃO SER AVALIADAS COM INTEIRO E INDUBITÁVEL CRÉDITO.

A liberação desse crédito com grande antecedência, fundamentada em dispositivos legais que tratam apenas do pessoal estatutário e tendo entre outros objetivos o pagamento de servidores a serem nomeados (ou contratados), leva-nos a crer que a aplicação desses recursos para fim diverso da majoração global de vencimentos levada a efeito em 1.º de janeiro do corrente ano, bem como para o pagamento do pessoal C.L.T. não abrangido pela legislação trazida na exposição de motivos de Sua Excelência, será altamente prejudicial ao emprego da verba destinada ao pessoal estatutário que necessita, urgentemente, de reajuste em seus vencimentos já engolidos pela inflação e pela alta do custo de vida, conforme se está comprovando!

Se a meta do Governo realmente é o HOMEM, o Estado não deve medir esforços para premiá-lo, ainda esse prêmio venha a se constituir no pagamento constante do mínimo necessário para sua sobrevivência!

Obrigado, Senhor Presidente."

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em discussão.— Encerrada a discussão.— Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente.

Encaminho este Pedido de Informações, para que seja apreciado pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — O requerimento será apreciado após a Ordem do Dia.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Pela ordem, tem a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O Deputado não pode impedir a votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em votação. Aprovado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Questão de ordem, tem a palavra o Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pediria verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, antes da verificação de votação, requeiro que Vossa Excelência proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Deferido. Solicito que o Sr. 1.º Secretário proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O Sr. 1.º Secretário procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Acham-se presentes 31 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro que a votação se proceda de forma nominal.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Há sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, que solicita que a votação seja nominal, para o Projeto de Lei n.º 98/79. Em votação o requerimento.— **Aprovado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Sr. Presidente, havia solicitado verificação de votação após duas intercessões da Liderança da bancada, gostaria de saber se a minha questão de ordem será colocada em apreciação ou não.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Com a chamada nominal dos Srs. Deputados, será verificado com a aprovação do requerimento do Sr. Deputado Erondy Silvério, será procedida a votação nominal dos Srs. Deputados.

A título de esclarecimento aos Srs. nobres Deputados, os que votaram favorável ao Projeto de Lei n.º 98/79, responderão

"sim" e os contrários, "não".

Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda à chamada nominal para votação do Projeto de Lei nº 98/79.

(Faz soar os tímpanos) (É feita a chamada).

28 Srs. Deputados responderam à chamada e votaram sim. Nenhum Deputado votou não. Presença de 28 Srs. Deputados.

Não há "quorum" . . .

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para que a ata dos trabalhos da Casa consigne o que ocorreu hoje no Poder Legislativo.

A bancada do MDB nesta Casa, retirou-se do plenário, a fim de não apreciar Mensagem do Governo do Estado, que pede a abertura de crédito especial de 895 milhões de cruzeiros para fazer face a pagamento de pessoal, inclusive aumento de professorado. Mas, tudo bem, Sr. Presidente.

Acho que a bancada do MDB usou de um recurso regimental. Mas, apenas para que fique consignado na ata a utilização desse recurso, para que, num futuro próximo, numa outra sessão, não venha o Líder do MDB desta Casa, Deputado Nilso Sguarezi, sangrar-se em saúde, chegar quase ao orgasmo dentro dessa Casa, quando verberava a atitude do nobre Deputado Gilberto Carvalho, de ter-se retirado do plenário para atender um simples telefonema, não dando, em consequência, número para que se armasse um circo nesta Casa, para festejar a vinda de subversivos ao Poder Legislativo.

Apenas que fique consignado na ata dos trabalhos da Casa que também esta atitude, embora eu reconheça como recurso regimental, calou profundamente a quantos assistem a sessão de hoje.

O SR. LINEU TURRA — Pela ordem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, apenas para complementar e não cometer uma injustiça, apenas registrando a presença dos nobres Deputados Lineu Turra, José Tavares e Domício Scaramella.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Agradeço a intervenção do ilustre Líder Deputado Erondy Silvério, a quem nós respeitamos muito.

Naturalmente, Sr. Presidente, nós que comparecemos e votamos favoravelmente à matéria, é porque tivemos a oportunidade de fazer isso. Os que não estavam presentes, evidentemente não puderam votar, mas não se pode - é julgamento subjetivo -, dizer que se retiraram simplesmente para não votar a matéria.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) Só para registrar que a assertiva do Deputado Lineu Turra não corresponde integralmente à verdade, porque, ainda há pouco, vimos um Deputado do MDB, Deputado Fidelcino Tolentino, discutir a matéria e retirar-se propositadamente.

O SR. LINEU TURRA — Eu não sou escafandrista de consciência para saber se ele queria . . .

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Mas Vossa Excelência tem olhos, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque)

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 108/79, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 78/79, que encaminha anteprojeto de lei que dá nova redação ao art. 1.º, da Lei nº 7.079, de 08/01/79, na qual autorizava a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para atender despesas com o Fundo de Previdência do Parlamentar - FEPPA. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em regime de urgência.

PROJETO DE LEI Nº 108/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica alterado o Art. 1.º da Lei nº 7.079, de

03 de janeiro de 1.979, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA, criado pela Lei nº 6.639, de 29 de novembro de 1974, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO:	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO
UNIDADE:	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
FUNÇÃO:	DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA:	PROGRAMAS INTEGRADOS
SUBPROGRAMA:	PROGRAMAÇÃO ESPECIAL
ATIVIDADE:	ATENDIMENTOS A
	PROJETOS E ATIVIDADES ESPECIAIS
DOTAÇÃO:	2301.07401832.335
3.0.0.0. —	DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0. —	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.1.0. —	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS
3.2.1.4.04. —	CONTRIBUIÇÕES A FUNDOS
OUTROS FUNDOS:	Cr\$ 2.000.000,00"

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em  
(a) PODER EXECUTIVO

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 108/79

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 108/79, oriundo de Mensagem Governamental nº 78/79, objetiva dar nova redação ao art. 1.º, da Lei nº 7.079, de 03 de janeiro de 1979, que autoriza o Poder Executivo abrir um crédito especial no valor de Cr\$ . . . 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA.

A medida tornou-se imperativo, face as normas relacionadas à classificação de despesas, baixada pela Portaria nº 038, do Governo Federal, que vieram impossibilitar a aplicação da Lei Estadual e que, serão solucionadas através da lei que deverá resultar da presente propositura.

Nestas condições, uma vez que o Projeto em exame não contraria dispositivos legais, opinamos pela sua aprovação.

O parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; João Elísio, Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 108/79

P A R E C E R:

O presente plano de lei, constitui-se da Mensagem Governamental nº 78/79, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei objetivando dar nova redação ao Art. 1.º, da Lei nº 7.079, de 03 de janeiro de 1.979, que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA.

Referida matéria já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao aspecto financeiro, objeto de estudo nesta Comissão, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é pela Aprovação do Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1979.

(aa) Aguinaldo Pereira Lima, Presidente;

Gabriel Manoel, Relator

Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE -- (tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Professora Iolanda Romeo Logarine, ocorrido na localidade de Passaúna, em Santa Felicidade. - **Aprovado.** -- Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Avani Celestino Soares. -- **Aprovado.** -- Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao FUNRURAL, encarecendo que a agência do mesmo em Iretama, seja autorizada a expedir Certidão Negativa para fins de registro de propriedades rurais, junto ao Cartório de Registro de Imóveis. -- **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Enogenes Pagliosa. . -- **Aprovado.** -- Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente aos Srs. Deputados Federais integrantes da Bancada paranaense na Câmara Federal, em forma de apelo, no sentido de colocar um paradeiro nas enganosas e imorais campanhas publicitárias de cigarros. -- **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Planejamento, encarecendo revisão da política de fornecimento de óleo combustível para a agricultura. --

**Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente e diversas autoridades, no sentido de ser extinto o confisco ou cota de contribuição incidente sobre as exportações de café. -- **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, sugerindo-lhe que a verba de que trata a Mensagem n.º 77/79, seja aplicada para a reclassificação geral de cargos da Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça e Poder Executivo. -- **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao INCRA, com relação à problemática de terras na localidade de São Pedro, Município de Toledo. -- **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.